
A ordem toscana na Lusitânia ocidental: problemática e caracterização do seu emprego: a propósito das peças reutilizadas da Igreja de S. Pedro de Lourosa (Coimbra)

LÍDIA FERNANDES*

*Este trabalho é dedicado a José Carlos Caetano,
ao lado de quem, conjuntamente com Helena Frade,
escavei em Bobadela no ano de 1984.
A memória que tenho daquela Splendidissima
Civitas ficará para sempre ligada
às conversas com aqueles dois investigadores*

R E S U M O

Partindo do estudo de alguns elementos arquitectónicos da Época Romana que se encontram na Igreja de S. Pedro de Lourosa (Coimbra), analisa-se o emprego da ordem toscana na região ocidental da Lusitânia. A manutenção destes elementos na igreja pré-românica indica um reaproveitamento classicista intencional que se manifesta de igual modo noutros espaços religiosos coevos.

A B S T R A C T

We begin with the study of some architectural elements of Roman times that are found in the Church of S. Pedro de Lourosa (Coimbra), the use of the Tuscan style in the western area of Lusitania is analysed. The maintenance of these elements in the pre-Romanic church indicates a intentional classicist reuse that manifests equally in other coeval religious spaces.

1. Introdução

Apresentamos, neste breve estudo, 17 elementos arquitectónicos que se encontram na Igreja pré-românica de S. Pedro de Lourosa, na actual aldeia de Lourosa, concelho de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra. Apesar de o presente trabalho versar exclusivamente sobre capitéis e bases que se encontram integrados no actual templo religioso, não poderemos deixar de mencionar outras peças que foram reempregues na actual construção e outras que, simplesmente, se apresentam soltas no redor da Igreja.

Desde inícios do século XX, mais concretamente desde 1911, que vários estudos sobre a Igreja foram sendo realizados. Virgílio Correia, Joaquim de Vasconcelos, José Pessanha, Nogueira Gonçalves entre outros, são alguns dos investigadores que sobre este monumento se debruçaram e que sobre ele produziram conhecimento por ocasião das obras — por elas suscitados ou dando-lhes o mote — que, em 1931, a antiga Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais implementou no edifício.

Sobre esta Igreja — que tantas publicações e controvérsias suscitou, quer relativamente à sua cronologia quer, à data, ao estilo arquitectónico a seguir na sua reconstrução — não nos deteremos, ainda que o longo e complexo processo de restauro do monumento nos possa, de algum modo, auxiliar na compreensão da presença de alguns dos elementos que agora analisamos. A historiografia já longa que sobre este edifício tem sido produzida poderá esclarecer-nos relativamente às suas particularidades construtivas.

Não poderíamos deixar de sublinhar os mais recentes trabalhos que têm vindo a ser publicados sobre este monumento na medida em que trazem novas interpretações que se prendem com contextos culturais específicos que, longe de perpetuarem uma tradição regionalista arreigada em influências moçárabes, antes inauguram a chegada de novas correntes culturais e artístico-religiosas de cariz asturiano. São assaz curiosas as vicissitudes pelas quais o processo de “reconstrução” da Igreja de S. Pedro de Lourosa passou e as dificuldades de atingir um consenso no que respeitava ao ideal de restauro a propor. Sobre estes aspectos, os últimos trabalhos que têm vindo a ser publicados são bastante esclarecedores (Fernandes, 2006, pp. 150–158). Ainda relativamente a esta temática não poderemos deixar de agradecer a amável consulta de um trabalho, em publicação, da autoria de Paulo Fernandes, intitulado “A Igreja de S. Pedro de Lourosa e a sua relação com a arte asturiana”, onde o autor clarifica a influência asturiana na génese edificativa deste templo, afastando definitivamente as controvérsias relativas a correntes moçárabes na sua génese.

As enormes transformações, estruturais e de pormenor, que este edifício sofreu aquando do restauro levado a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, impedem saber qual o aspecto original do monumento e, simultaneamente, quais os elementos reaproveitados integraram o novo edifício. A presença de vários capitéis, bases e outros elementos, muitos deles de época romana, constitui o ponto de partida para a análise da ordem toscana, uma vez que é essa a ordem em que se integram os capitéis e possibilitará também, uma investigação um pouco mais detalhada sobre as bases de coluna que aí se observam. Este tema prende-se com os aspectos da ocupação romana da região onde se situa a Igreja de S. Pedro de Lourosa e a manutenção destes elementos arquitectónicos no actual edifício religioso poderá prender-se a características classicistas em voga em época pré-românica.

2. A ordem architectónica toscana

A definição de capitel *tuscanicus* ou toscano prende-se directamente com o nome do povo *Tusci*, ou seja, os *Etrusci*. Ao que tudo indica, nem mesmo em Roma, em época de Vitróvio, se encontrava presente qualquer tradição architectónica de origem tusca ou etrusca, no entanto, pode-se afirmar que nesse período e durante muito mais tempo, terá prevalecido, na sociedade de Roma, uma “... tradizionale ascendenza etrusca [constituindo esta] la tendenza nell’interpretare particolari schemi architettonici, almeno nel I sec. a.C.” (Rosada, 1970–1971, p. 66).

Esta maior sensibilidade ou deferência para com alguns aspectos da tradição etrusca manter-se-á ao longo dos séculos revelando-se como o elo de ligação ao povo que, pelo seu valor e coragem, deitou as sementes do que Roma foi. O facto de as cidades-estado da Etrúria terem sido por muito tempo as maiores rivais de Roma marcou a história dos dois povos e criou um imaginário ancestral comum. Por esta razão, não será de estranhar que uma das realizações mais representativas da arquitectura do Império Romano, o Capitólio, participe, na sua génese, das características do templo etrusco (Boëthius, 1962, p. 249). Esse ideal de idade de ouro, temática recorrente na civilização romana, é a razão que subjaz à adopção, em época Flávia, de pormenores decorativos empregues em tempo de Augusto ou a razão da manutenção, em Pompeia, da coluna toscana (encontrada na casa que adoptou aquele nome), erigida em local isolado, nos finais do século III a.C. ou inícios da seguinte centúria, tendo aí permanecido ao longo do tempo pela sua relação ao *temenos*, santuário construído em campo aberto que consagraria a cidade (Coarelli & alii, 2005, p. 37).

Mas analisemos o que caracteriza o capitel toscano. O aspecto mais evidente é o da sua não decoração. Não que os capitéis desta ordem o não fossem mas porque essa decoração era realizada em estuque e não no bloco pétreo. Não nos parece que possamos generalizar que todos os capitéis, por serem toscanos, seriam estucados. Mas é um facto que, na sua grande maioria tal procedimento era corrente (Lézine, 1955, p. 17, n. 26 e bibliografia para a qual remete). No caso dos exemplares de que temos conhecimento para o território nacional tal também se verifica, apesar de na totalidade dos exemplares não se ter mantido qualquer vestígio de estuque. Assim sendo, o que actualmente se conhece, por não se ter conservado qualquer tipo de revestimento, é o bloco interno onde estão talhadas as várias partes constituintes, ou seja, o ábaco, o equino, o *hypotrachelium* e um pequeno listel que separa estes dois últimos elementos.

Vitrúvio define as várias partes do capitel, apresentando as dimensões que cada uma deveria possuir:

A altura do capitel será igual a metade do seu diâmetro. A largura do ábaco será igual ao diâmetro da coluna na base. A altura do capitel dividir-se-á em três partes, das quais uma se dará ao plinto que faz de ábaco, outra ao equino, e a terceira ao hipotraquélio com a respectiva apófige” (Livro IV, Capítulo VII, 3; trad. Maciel, 2006, p. 156).

Parece, no entanto, que estas dimensões definidas por Vitróvio representam, mais que o verdadeiro módulo da coluna toscana tradicional — bastante mais “atarracada” e simples —, uma adequação às dimensões da edificação de tradição helenística, a um novo gosto e a uma distinta escala acentuadamente mais alongada e imponente (Boëthius, 1962, p. 249).

Não obstante aquela definição do arquitecto romano, peças existem onde nem todos os elementos enunciados se encontram presentes ou onde o desenvolvimento de uma das partes confere, ao produto final, um aspecto claramente distinto do “cânone” do capitel toscano.

Nas peças que agora analisaremos, podemos generalizar ao afirmar que, em praticamente todas elas, se encontra também presente um outro elemento: o *summus scapus*. Este elemento não é mais que a parte superior do fuste que é talhado no mesmo bloco pétreo. A inclusão deste elemento não é obrigatória, mas a generalização da sua presença em peças lusitanas leva a considerar esta parte constituinte como um elemento caracterizador. Esta parte da peça poderá corresponder mais a uma técnica de talhe do que a um elemento constituinte, uma vez que pertence mais verdadeiramente ao fuste do que ao capitel. Este é um dos pormenores que nos permite auxiliar na definição dos capitéis e bases desta ordem. Com efeito, a inclusão da parte inferior do fuste, isto é, o *immsus scapus*, na base — que é uma tradição de Época Republicana (Pasquinucci, 1982, p. 31) — é geralmente uma porção menor à que surge talhada no capitel, isto é, o *summus scapus*, ou seja, a parte superior do fuste — que é, de igual modo, uma tradição mais antiga. Se nos recordarmos que as peças só ficariam completas depois de estucadas, não ficaria visível qual a porção do fuste que fora talhado no capitel ou na base respectiva.

Do que nos é dado conhecer das peças lusitanas esta dificuldade também se verifica, mas em praticamente todas elas — veja-se, a título exemplificativo, os exemplares de *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha, Marvão) (Fernandes, 2001, pp. 95–158) — o sumoscapo detém uma dimensão tão importante no conjunto da peça que, de facto, é um elemento a não descurar e de grande importância quanto à tentativa de atribuição de oficinas ou de correntes específicas de técnicas de fabrico uma vez que, mais que um preceito técnico este artifício deve ser encarado como “um modo de fazer”.

A inclusão do sumoscapo é importante também porque auxilia na identificação das próprias peças. Na verdade, este é um dos primeiros problemas que se enfrenta na análise destes exemplares: o de saber se estamos perante capitéis ou bases, dificuldade generalizada a todos os investigadores que sobre o tema se têm debruçado (entre eles, Boube, 1967; Lézine, 1955; Gutiérrez Behemerid, 1992).

A inclusão do imoscapo nas bases é uma característica paralela e de cronologia similar. Também aqui múltiplos exemplos se podem indicar. Referimos, também como ilustrativo, as bases do teatro romano de Lisboa onde algumas incluem uma porção acentuadamente grande desta parte do fuste (Fernandes, 2001, pp. 29–51, 2004–2005, pp. 83–94, 2007, pp. 28–39).

Assim, não poderemos deixar de concluir, em paralelo com outros investigadores, que a inclusão do imoscapo na base corresponde a uma característica da arquitectura ocidental em época tardo republicana e augustana (Álvarez Martínez & Nogales Basarrate, 2004, p. 301). Do mesmo modo, a inclusão do *summus scapus* no capitel é uma característica de peças antigas que terá tendência a desaparecer em épocas posteriores. Mais uma vez, também os capitéis do teatro romano de Lisboa apresentam uma pequena porção da parte superior do fuste talhada no bloco do capitel (Fernandes, 2001, pp. 30–33) o que nos remete para cronologias recuadas que, no caso vertente, se enquadram no principado de Augusto ou época pouco posterior (Fernandes, 2007, pp. 28–39). Apesar de algumas destas peças se integrarem na ordem jónica plena, continua a ser a tradição decorativa republicana que é empregue, ou seja, o emprego da matéria-prima local coberta com estuque no qual é feita a ornamentação mais elaborada, técnica esta que vemos presente não apenas nas peças de S. Pedro de Lourosa mas, de igual modo, em todos os capitéis toscanos de que temos conhecimento em território nacional.

Os estudos que têm surgido sobre a ordem toscana são em reduzido número, sobretudo em comparação com os trabalhos sobre as restantes ordens arquitectónicas. Um dos autores que com mais anterioridade se debruçou sobre o tema, no intuito de organizar e interpretar diferenças e similitudes foi A. Lézine que, partindo da análise dos capitéis norte africanos, os individualizou, criando grupos formais a partir da morfologia do equino. Os grupos que o autor define são: 1 - equino em forma de toro; 2 - equino em forma de “garganta”; 3 - equino em forma de “caveto”, ou escapo; 4 - equino com perfil em quarto de círculo ou em aro de círculo; 5 - casos particulares (Lézine, 1955, p. 13, tradução nossa).

Também Pierre Broise, partindo de uma colecção recolhida em museus e estações arqueológicas da região da Gália Narbonense (concretamente da actual província da Haute-Savoie), estabelece uma divisão também baseada no perfil do equino, criando três tipos principais a partir dos quais observa combinações de perfis obtendo subtipos. Temos assim e como bases dos tipos simples: o perfil do equino em forma de arco (A); em toro (B) e em moldura côncava (C) sendo que a combinação destas formas com moldurações intermédias permite ao autor o reconhecimento, nesta região, de 14 subtipos (Broise, 1969, p. 17). Este estudo levou ao reconhecimento, por parte daquele investigador, de uma “ordem toscana provincial”, bem como de uma generalização do emprego da ordem toscana não apenas na Gália mas por todo o ocidente do Império até à época de Augusto (Broise, 1969, p. 15). Quanto à Península Ibérica, Gutiérrez Behemerid, seguindo de perto a tipologia estabelecida por Lézine, analisa os exemplares toscanos e peças das restantes ordens arquitectónicas e respectivos subtipos, reunindo 61 exemplares em toda a Hispânia (Gutiérrez Behemerid, 1992, pp. 17–26). Como teremos oportunidade de observar mais detalhadamente, este número não é representativo da realidade actualmente nacional nem, muito provavelmente, do real panorama espanhol.

3. Problemática da adopção da ordem toscana na região ocidental da Lusitânia

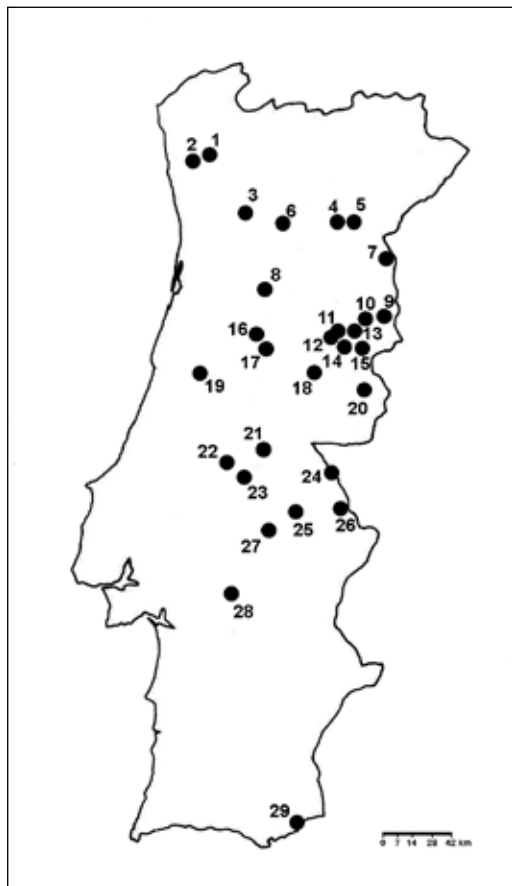
Os capitéis que aqui apresentamos pertencem todos eles à ordem arquitectónica toscana. Curiosamente, esta parece ter sido uma das ordens de maior apreço durante os primeiros tempos do Império em grande parte do território actualmente português, o que contraria a opinião generalizada de que esta ordem não teria tido grande aplicação em território hispano ou pelo restante Império.

Como já foi referido em trabalhos anteriores (Fernandes, 1997, vol. II, 1998, pp. 221–284), a grande quantidade de exemplares que temos vindo, progressivamente, a ter conhecimento permite obter um quadro de dispersão deveras generalizado, que nos obriga a rectificar o papel proposto, até ao momento, para as ordens arquitectónicas nesta parte ocidental da Hispânia, em particular no que respeita à ordem toscana.

Gostaríamos de realçar o que parece ter sido um fenómeno particular da “plástica provincial” desta região, entendida esta, e no que diz respeito a contextos arquitectónicos, como um receptáculo de influências precisas e da sua imediata e total adopção, ao invés de uma reelaboração pensada e/ou adaptabilidade a tradições anteriores, como parece ter ocorrido, pontualmente, em relação a outras ordens arquitectónicas.

Continua por fazer uma análise global desta e das restantes ordens arquitectónicas para o território actualmente nacional. O trabalho que apresentámos em 1997 é parcial, debruçando-se sobre uma região circunscrita delimitada pelas principais vias terrestres que ligavam *Olisipo* a *Augusta Emerita*. A compilação que temos vindo a realizar desde essa altura, permite-nos concluir por um número enorme de exemplares e por fenómenos particulares da decoração arquitectónica de época romana que merecem uma análise crítica e cuidadosa. Um pequeno trabalho sobre os capitéis do concelho do Sabugal (Revista *Sabucalc*, no prelo) pode auxiliar num melhor entendimento desta específica ordem arquitectónica. Nesta compilação gostaríamos de agradecer a imensa ajuda de Carlos Loureiro, nosso colega que realizou os mapas que agora apresentamos.

Se observarmos um mapa de localização dos vários capitéis toscanos que, até ao momento, se registam em território nacional, é nítido o acentuado número de peças e a sua clara concentração no Centro/Norte do país (Mapa 1).



Mapa 1 Mapa de distribuição dos capitéis toscanos em território nacional.

Com efeito, à medida que se vão descobrindo e “redescobrimo” mais exemplares — não nos podemos esquecer que estas peças são frequentemente confundidas com bases, distinção que continua, na actualidade, a concorrer para uma dificuldade na identificação destas peças — desenha-se um mapa insuspeito que rivaliza, e por vezes suplanta, a ideia generalizada de que a ordem coríntia constituiu o signo e o símbolo da romanidade. Num recente trabalho sobre a decoração arquitectónica de *Colonia Clunia Suplicia*, é sintomático o facto de a respectiva autora não classificar algumas das peças que analisa, colocando explicitamente a dúvida se se trata de bases ou de capitéis (Gutiérrez Behemerid, 2003, pp. 87–88).

Esta tradicional ideia da total predominância do capitel coríntio contraposto ao singelo papel da ordem toscana em território hispano é evidente em trabalhos que têm vindo a ser publicados em território espanhol sobre esta temática. Refere Gutiérrez Behemerid quanto a este propósito que

La presencia del capitel toscano en la Península Ibérica nos es muy numerosa (...) si bien, logicamente, no excluimos la posibilidad de que su número sea bastante mas elevado” (Gutiérrez Behemerid, 1992, p. 22).

Este enorme desconhecimento do real número de capitéis desta ordem — sobretudo para o actual território nacional mas também para o caso espanhol — a par das dificuldades de identificação destas peças, constituem os factores mais importantes para a actual impossibilidade de se caracterizar o seu emprego na Lusitânia e na Hispânia. Se em 1992, na obra de síntese realizada por Gutiérrez Behemerid sobre os capitéis romanos da Península Ibérica, aquela investigadora contabiliza para os dois países sessenta e um exemplares, temos conhecimento actualmente e apenas para o actual território português, de um número que ultrapassa as 80 peças, não se incluindo (mas estando sinalizada a implantação com o n.º 17) as peças da igreja de S. Pedro de Lourosa que analisaremos no presente trabalho. Assim, o número que agora apresentamos será substancialmente superior (Quadro 1). Temos conhecimento de outras peças que se encontram classificadas como capitéis toscanos mas sobre os quais temos algumas dúvidas sobretudo porque não tivemos oportunidade de os visualizar e porque as referências bibliográficas e reproduções que deles temos conhecimento, não nos permitem sermos assertivos quanto à sua classificação. Encontram-se neste caso os seguintes exemplares: Marialva (Coixão, 2005, p. 13, Fig. 1); Vilares (Trancoso) (Ferreira, 2005, p. 19, Fig. 3, esta peça está classificada como base); Orjais (Covilhã) — Templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Carvalho, 2005, p. 35) (esta peça encontra-se desenhada e pela orientação em que é apresentada, foi interpretada como uma base. O perfil assemelha-se ao do capitel toscano mas não possui ábaco — ou sendo uma base, não possui plinto — apresentando dois toros sobrepostos o que constitui uma mor-

fologia estranha). Por fim, um altar do Castro de Romariz (Santa Maria da Feira), oferece um perfil toscano quer quanto ao capitel quer à sua base, uma vez que se trata de uma pequena coluna monolítica com base, fuste e capitel (Guerra, 1993, p. 113). Neste cômputo também não se incluíram os exemplares toscanos de Idanha-a-Velha, estando apenas contabilizados os que se encontram dentro da igreja, em número de nove. Também em relação às peças de Bobadela são muitos os capitéis que se podem observar dispersos pela aldeia. Em vários passeios Helena Frade e José Carlos Caetano mostraram-me capitéis e vários elementos arquitectónicos que se encontram espalhados pelo local a servir de bancos ou reutilizadas nas paredes e jardins das casas. Na impossibilidade de, até ao momento, desenvolver um trabalho mais profundo sobre estes exemplares, apenas foram consideradas as peças que se encontram junto ao arco da vila (arco romano) e os que foram encontrados no decurso das intervenções arqueológicas realizadas por Helena Frade.

Se visualizarmos a dispersão do capitel toscano em território espanhol (Mapa 2), facilmente se verifica o quão incompleto se encontra o seu levantamento. É evidente que a concentração que havíamos presenciado no Centro/Norte de Portugal, essencialmente junto à fronteira, se repetirá do lado espanhol. Mesmo com esta enorme ausência de dados, facilmente se compreende que é a linha de costa que, nas províncias Tarraconense e da Bética, concentra maior número de exemplares o que se ficará a dever à sua posição geográfica que lhes permitiu intercâmbios com outras populações, facultando a adopção de novos modelos e produtos.

Para melhor se perceber o papel preponderante que o emprego desta ordem arquitectónica teve na região ocidental da Lusitânia, basta mencionar que, pelo menos quatro *civitates* a empregam de forma intensiva: Egitânia, *Ammaia* e Bobadela, as três no actual território nacional e *Emerita*, a capital de província da Lusitânia, constituindo, por essa razão, um exemplo paradigmático.



Mapa 2 Mapa de distribuição dos capitéis toscanos no actual território espanhol (com base nos dados de Gutiérrez Behemerid, 1992), evidenciando-se a parca presença em comparação com Portugal. Assinala-se, para Portugal a rede viária romana (com base em Mantas, 1994).

Em todos os casos a ordem toscana surge em associação com um subtipo de capitel que designamos por “jónico liso de influência toscana”. Tivemos oportunidade de abordar a problemática deste tipo específico de capitel jónico em outras ocasiões (Fernandes, 1997, vols. I e II, 1998, pp. 221–284, 2001, pp. 95–158). Este facto é tanto mais curioso quanto nos casos de Bobadela e de *Ammiaia* a ordem toscana, a par daquele tipo de capitel — que corresponde a uma simbiose de perfil toscano e dos *pulvini* da ordem jónica —, surge de forma exclusiva, isto é, não se presencia outra ordem arquitectónica, encontrando-se ausentes exemplares coríntios que, normalmente, surgem amiúde.

No caso de *Augusta Emerita*, tal não se verifica, uma vez que, enquanto capital de província, as correntes decorativas e arquitectónicas que rapidamente aí chegavam se traduziam numa actualização constante dos preceitos ornamentais sendo natural a presença de todas as ordens arquitectónicas.

Ainda em relação a Mérida, não poderíamos deixar de salientar o facto de os capitéis por nós designados por “jónico liso de influência toscana” também aqui surgirem, tendo sido empregues por exemplo na “Casa do Anfiteatro” e na decoração do *postcaenium* do teatro romano. Gutiérrez Behemerid (1992), que os publica (respectivamente com os n.ºs 122, 123 e 124), integra-os na simples classificação de “jónico liso”, atribuindo-lhes uma cronologia vaga que vai do século III d.C. ao século IV d.C. (Gutiérrez Behemerid, 1992, pp. 47–50). Há pois que reavaliar esta ideia e atribuir a estes capitéis idêntica cronologia à das peças que tempo vindo a referir, integrando-os na classificação, não de jónico liso, mas sim de um antecedente da ordem jónica plena. Podendo ser considerado como um “pré-jónico”, a sua identificação prende-se essencialmente com a técnica empregue. Estes capitéis depois de estucados, tal como também aconteceria, ainda que em menor grau nas peças toscanas, ostentariam um aspecto substancialmente distinto do seu miolo interno. Deste modo, quase podemos dizer que estas peças funcionam como fóssil director, isto é, mesmo não sabendo qual o aspecto final dos exemplares, o facto de o corpo da peça ser sempre igual, pode fornecer pistas quanto à sua possível cronologia.

Este tipo de capitel não pode ser visto, como o considerou aquela investigadora espanhola, como uma criação de época tardia, integrando as correntes de simplificação decorativa que ocorrem a partir do século III e que se traduzem em peças decorativamente distintas, por vezes mantendo algumas características originais, outras reelaboradas com motivos locais e regionais, mas dando sempre origem a distintas produções, como é o caso do “capitel de folhas lisas”, ou do “capitel jónico liso”.

O subtipo “jónico liso de influência toscana” integra correntes totalmente distintas caracterizadas por a estrutura interior da peça se apresentar lisa, com idêntico perfil ao capitel toscano — no que respeita ao ábaco, equino, hipotraqúelio e sumoscapo — com a única diferença de apresentar toros laterais correspondendo aos *pulvini*, mas sem o perfil contracurvo do balaústre típico do capitel jónico. Nestas peças, a verdadeira decoração jónica é feita em estuque e o miolo, ou núcleo da peça, é sempre em pedra local. Estas peças correspondem à adopção da “nova” ordem jónica, remetendo para os primeiros momentos da romanização e não, como acontecia com os exemplares lisos acima referidos, significando peças tardias com acentuada simplificação e alteração dos modelos canónicos.

Quanto à antiga *Civitas Igaeditanorum*, a ordem toscana é empregue, a par do tipo “jónico liso de influência toscana”, de forma exclusiva. Não temos informação de qualquer outro tipo de capitel neste local¹. Ainda que conheçamos melhor as peças reaproveitadas no interior da Igreja, as que se ainda hoje se observam, espalhadas por vários recantos da aldeia, levam a concluir por uma clara predominância por esta ordem, quando não da sua total exclusividade. Dentro da igreja observam-se, distribuídos pelas duas colunatas, nove capitéis toscanos, várias bases áticas e dois capitéis “jónicos lisos de influência toscana”. Por ocasião da exposição temporária que teve lugar, em 2005, no Museu Nacional de Arqueologia, a propósito de *25 Sítios Arqueológicos da Beira Interior*, esteve patente um destes exemplares que designamos por “jónico liso de influência toscana”, peça que se encontra nas reservas do MNA.

Relativamente à *civitas ammaiensis*, epíteto que é referido em algumas inscrições (Encarnação, 1984, pp. 676–677, n.º 615; Alarcão, 1990, p. 23), observa-se também a presença exclusiva de capitéis toscanos — 13 exemplares — a par dos “jónicos lisos de influência toscana” — 16 peças (Fernandes, 1997, vol. II, pp. 25–38; 103–111, 2001, pp. 95–158). A cronologia que indicamos para estas peças, como tivemos oportunidade de indicar em trabalho antigo, aponta para os inícios do século I (Fernandes, 2001, p. 123), ainda que surjam alguns exemplares toscanos de perfil mais complexo que poderão integrar cronologias um pouco mais tardias (Fernandes, 1997, vol. II, peça n.º 12).

A cidade romana de Bobadela — que se situa a cerca de 6 km (concretamente, a 5,8 km em linha recta e a cerca de 12 km por estrada actual) de distância da actual povoação de Lourosa e da qual desconhecemos o seu nome latino (Fernandes, 2002, p. 75, n. 31) —, é designada, numa inscrição mandada fazer por uma flamínica, por *splendidissima civitas* (Amaral, 1982, pp. 106–119). Aí empregou-se, em exclusivo, a ordem toscana a par do subtipo da ordem jónica que acima identificámos. As várias intervenções arqueológicas realizadas em Bobadela, onde tivemos a boa sorte de participar numa das campanhas de intervenção no anfiteatro, permitem hoje em dia ter mais dados sobre o tipo de povoamento da bacia do Alva. A sede de *civitas* terá sido estabelecida entre Augusto e a dinastia júlio-claudiana (Alarcão, 1988a, p. 67). Junto ao anfiteatro foi descoberto um bairro habitacional da época de Augusto (Frade & alii, 1995, pp. 221–231), o que comprova a ocupação dessa época. Localizada junto à bacia do Rio Alva e perto da Serra da Estrela e da Lousã, não nos podemos esquecer que neste local se levaram a cabo explorações auríferas. As vias romanas que permitiam o acesso de produtos para a povoação e o respectivo escoamento encontravam-se também asseguradas, encontrando-se documentados os eixos viários entre Bobadela/*Aeminium* e Bobadela/Viseu, que, por sua vez, ligariam ao eixo principal *Emerita/Bracara* (Vaz, 1976, pp. 353–359; Mantas, 1994, p. 226).

A riqueza aurífera das zonas em redor do rio Alva terão suscitado um estacionamento efectivo de populações e de acampamentos militares para o seu controle o que se encontra provado pelo caso da Lomba do Canho (Arganil), a poucos quilómetros de S. Pedro de Lourosa, sendo enquadrável cronologicamente entre o segundo e terceiro quartéis do século I a.C. (Fabião, 1993, p. 192).

Um outro aspecto importante a ressaltar da observação das peças a que vimos fazendo referência é o da matéria-prima. Com efeito, em todas os capitéis das *civitates* mencionadas — *Egitania*, *Ammaia*, Bobadela — tal como acontece em *Emerita*, é empregue a pedra local, ou seja, o granito. O recurso à rocha local é, mais uma vez, uma prática usual nos primeiros tempos da romanização até à introdução do mármore. Em Óstia, o primeiro exemplar em mármore é um capitel coríntio datado de 25 a.C. do túmulo de *P. Cartilius Poplicola* (Pensabene, 1973, p. 53).

O início da utilização do mármore na Hispânia é difícil de precisar, integrando-se num fenómeno de marmorização que ocorre por todo o Império, tendo sido uma “moda” naturalmente iniciada em Roma. O fenómeno que podemos designar como “marmorização da arquitectura” surge no centro do Império na época de Augusto e, mais tardiamente, pode ser identificado nas províncias mais ocidentais. Esta alteração posiciona-se sensivelmente a partir da segunda metade do século I, processo que alguns autores designam como a passagem de uma “arquitectura militar”, num primeiro momento edificador, balizada cronologicamente entre o século I a.C. e a primeira metade do século I d.C., para o da “arquitectura do mármore” (Álvarez Martínez, 1992, pp. 90–91). Mais recentemente, o mesmo autor optou por distinta designação, substituindo-a por “arquitectura em pedra”, expressão igualmente adoptada pela escola alemã (Álvarez Martínez & Nogales Basarrate, 2004, p. 304).

No extremo ocidental da Hispânia, e simultaneamente da província da Lusitânia, é possível precisar essa transformação pela data de 57 d.C. inscrita na epígrafe existente no *proscenium* do teatro romano de Lisboa, estrutura realizada pela primeira vez em mármore (Fernandes, 2007,

pp. 36–38) no extremo ocidental da Hispânia e que nos permite balizar, nesta região, a introdução deste novo material, muito mais apelativo do ponto de vista estético e cumprindo, simultaneamente, funções propagandísticas do ponto de vista político, religioso, económico e social. Encontra-se em publicação na *Revista Arqueologia e História*, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, um estudo dedicado exclusivamente a esta estrutura do teatro, intitulado: *O proscaenium do teatro romano de Lisboa: aspectos arquitectónicos, escultóricos e epigráficos da renovação decorativa do espaço cénico*.

Não podemos deixar de reflectir um pouco mais sobre este aspecto, uma vez que poderá trazer alguns dados relevantes sobre a manutenção da ordem toscana em épocas onde seria bastante mais comum e até compreensível, o emprego de distintas ordens arquitectónicas. Com efeito, no teatro romano de Lisboa, a renovação operada na *orchestra* e na estrutura do *proscaenium* em 57 d.C. não abrange, por aquilo que até ao momento conhecemos, outras áreas do teatro. Significa isto que as colunas existentes — bases, fustes e capitéis talhados em calcário local e revestidos a estuque — não são substituídas. “A razão deste facto prende-se, antes de mais, com a não necessidade da sua substituição, continuando estas peças a desempenhar a sua função, apesar de se integrarem num modelo decorativo eventualmente já «arcaico». A explicitação deste fenómeno só poderá ser globalmente entendido pela intenção subjacente de uma reafirmação da antiguidade do próprio monumento. Arcaísmo simbólico na manutenção de peças do primeiro momento urbanizador realizado na época do grande pacificador do Império, o *Divo Augusto*” (Fernandes, 2004–2005, p. 92).

Do mesmo modo se poderá explicar o que vemos acontecer com os capitéis toscanos do *postcaenium* do teatro de Itálica. Novos capitéis coríntios são colocados na frente cénica nos inícios do século III, quando se implementam obras de remodelação da sua fachada, mas no tardoz do teatro mantêm-se os capitéis toscanos da época de fundação do espaço cénico, que seguem a técnica do estuque sobre o corpo talhado em arenito (Rodríguez Gutiérrez, 2006, p. 158).

Em termos geográficos, as três capitais de *civitas* acima referidas situam-se numa região circunscrita, posicionando-se *Augusta Emerita* mais a sul e localizando-se as restantes ligeiramente a NW (Mapa 3). Se analisarmos os locais onde é registado o aparecimento do capitel toscano, observaremos que é maioritariamente na metade Norte do actual território nacional, na faixa fronteira.

A concentração do capitel toscano nesta zona ocorre paralelamente à do tipo “jónico liso de influência toscana”, não se registando qualquer peça em outra região que não aquela. Temos conhecimento da existência de capitéis jónicos lisos de influência toscana nos seguintes locais: S. Pedro do Sul, Vila Meã (Viseu), Braga, Bobadela, Quinta da Fórnea (Belmonte), Verdelhos (Covilhã), Idanha-a-Velha, *Ammaia*, Vinha da Casquinha (Serra de S. Mamede), Castelo de Vide, Alter do Chão, Herdade do Carvalhal, S. Pedro de Balsemão (Lamego), Castelo Branco e Prado Galego². Outros três exemplares encontram-se nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia sem indicação de proveniência (Fernandes, 1997, n.ºs 43–45; vol. I, pp. 287–307, vol. II, pp. 103–161). Podemos concluir que o aparecimento e emprego do capitel toscano e do “jónico liso de influência toscana” (que corresponde afinal ao preâmbulo do capitel jónico), ocorre simultaneamente do ponto de vista espacial e cronológico. De sublinhar também que desconhecemos a presença deste subtipo em outros locais que não no actual território português e, em Espanha exclusivamente em Mérida. Neste último local conhecemos inúmeros exemplares, num montante que, grosseiramente, é superior a trinta peças. No trabalho referido de Gutiérrez Behemerid, as peças que a autora analisa para Mérida são apenas três (Gutiérrez Behemerid, 1992, pp. 12–124).

Como tivemos oportunidade de referir, os mais de oitenta capitéis toscanos que até ao momento identificámos (Quadro 1) são a prova de uma enorme vitalidade construtiva nesta região da província da Lusitânia, levada a cabo nos inícios da romanização. Apesar de desconhecermos a cronologia

de algumas das peças — ou pela ausência de dados contextuais ou pelo mau estado de conservação de alguns exemplares — os dados de que dispomos apontam, na sua grande maioria, para a primeira metade e/ou inícios do século I d.C. Não podemos deixar de sublinhar que os exemplares que agora referimos são fruto de recolha que não pode ser considerada sistemática. Não obstante, o cômputo geral é sintomático do enorme número de peças integráveis na ordem toscana que terão existido no início da romanização. Para além deste facto, dois outros podem também ser apresentados: por um lado de os exemplares toscanos surgirem em associação com o tipo “jónico liso de influência toscana” — tal como acontece por exemplo em Bobadela, Idanha-a-Velha, Braga, Quinta da Fórnea ou S. Pedro de Balsemão como já referimos — por outro, de estas peças se localizarem numa região circunscrita. O caso de Balsa constitui um apontamento excêntrico neste panorama. Também o capitel da zona de Avis (Monte da Bragantina)³ e o de Montemor-o-Novo se afastam desta área de concentração, ainda que este último, dadas as suas diminutas dimensões deva ser interpretado mais como um pequeno elemento decorativo do que um elemento estrutural de um edifício.

No Quadro 1 apresentamos as referências a estas peças toscanas que, certamente pecando por defeito, nos permitem desde já ajuizar por um emprego intensivo do capitel toscano nesta região da província da Lusitânia. Se cruzarmos esta implantação dos achados com a rede viária da Época Romana (Mapa 2), parece existir uma correlação entre as vias e a quantidade de peças que nos surgem, ainda que a ausência dos exemplares não se relacione directamente com igual ausência de vias o que obriga a buscar outras razões para o entendimento deste fenómeno. A região delimitada entre a peça que se localiza mais a sul e as peças mais a norte, de Braga, junto à actual faixa fronteira, apresenta uma multiplicidade de vias que certamente terão contribuído, a par de outras razões, para a divulgação desta ordem.



Mapa 3 A província romana da Lusitânia. Distribuição dos capitéis toscanos identificados até ao momento.

Quadro 1. Capitéis toscanos em território nacional

<i>N.º ident.</i>	<i>Local</i>	<i>N.º peças</i>	<i>Observações</i>	<i>Referência</i>
1	Braga – termas	1		Observação pessoal
1	Braga – Museu D. Diogo de Sousa	13		Observação pessoal
1	Braga – reservas do Museu	3		Informação Dr. Jorge Ribeiro
1	Braga – altar com inscrição	1	Trata-se de um pequeno altar com inscrição ⁴	Carvalho, 2006, pp. 31–41
2	Barcelos	1		Almeida & alii, 1991, p. 17; Fernandes, 1997, vol. 1, p. 279
3	Marco de Canavezes	1	Cidade romana de Tongóbriga	Dias, 1997, pp. 129–130 ⁵ ; Fernandes, 1997, vol. 1, p. 278
4	Custóias do Douro (Foz Côa)	1		Coixão & Trabulo, 1995, p. 239, fot. 255
5	Prazo (Freixo de Numão)	1		Coixão, 1997, fot. 47; Fernandes, 1997, vol. 1, p. 278
5	Freixo de Numão	4	Peças depositadas no Museu da Casa Grande	Observação pessoal
6	S. Pedro de Balsemão (Lamego)	2	Peças reaproveitadas no interior da Igreja	Fernandes, 2005, pp. 293–310
7	Almofala (Belmonte)	1		Visita com Helena Frade, directora da intervenção arqueológica do local. Frade, 1990, pp. 91–101, 1997, pp. 1017–1027
8	Vila Meã (Viseu)	1		Silva & Correia, 1997, p. 121, Fig. VI; Fernandes, 1997, vol. 1, p. 280
9	Ruivós (Sabugal)	1	Em exposição no Museu Municipal do Sabugal	Osório, 2006, p. 71, 2008, p. 86
10	Pousafoles do Bispo (Sabugal)	1		Informação dada por Marcos Osório
11	Torre de <i>Centum Celas</i> (Colmeal da Torre, Belmonte)	1		Frade, 1993–1994, pp. 87–106; Fernandes, 1997, vol. 1, p. 278
12	Quinta da Fórnea (Belmonte)	1		Informação cedida pela Empresa Arqueohoje: Pedro Sobral e Filipe Gomes
13	Bendada (Igreja das Quintas de St.º António; Sabugal)	1		Osório, 2006, p. 73
14	Bandurro (Sortelha, Sabugal)	1		Osório, 2006, p. 63
15	Moita (Sabugal)	1		Informação dada por Marcos Osório
16	Bobadela	8		Visita com Helena Frade, directora da intervenção arqueológica do local; Fernandes, 1997, vol. 1, p. 277
17	Lourosa – Igreja de S. Pedro de Lourosa			
18	Aldeia de Joanes (Fundão)	1		“História da Aldeia de Joanes (Fundão) ...”, 2004, pp. 73–74
19	Conímbriga	1	Apresenta num dos lados do ábaco a inscrição: <i>Anderci.do(mus)</i>	Alarcão, 1994, p. 157, n.º 509; Fernandes, 1997, vol. 1, pp. 279–280
20	Idanha-a-Velha	9	Apenas se contabilizam os capitéis toscanos que se encontram no interior da Igreja	Visita ao local realizada com José Luís Cristóvão, arqueólogo da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
21	Vale de Grou (Envendos, Mação)	3	Uma peça está completa; outra é um fragmento; a terceira está classificada como base	Pereira, 1970; Fernandes, 1997, vol. 1, p. 276
22	Herdade do Carvalhal (Constância)	3		Fernandes, 1997, vol. 2, p. 36
23	Cousabela (Abrantes)	1		Fernandes, 1997, vol. 2, p. 36
24	S. Salvador de Aramenha - <i>Ammaia</i> (Marvão)	12		Fernandes, 1997, vol. 2, pp. 25–35
25	Alter do Chão	1		Fernandes, 1997, vol. 2, p. 39
26	Monte da Capela (Mosteiros - Arronches)	1		Pinto, 1999–2000, pp. 95–104
27	Monte da Bragantina (Avis)	1		Informação cedida por André Carneiro e Eurico Sepúlveda
28	Montemor-o-Novo	1	Será mais uma peça decorativa que estrutural, dada a sua diminuta dimensão	Fernandes, 1997, vol. 2, pp. 40–42
29	Luz de Tavira - <i>Balsa</i>	1		Silva, 2007, p. 33
TOTAL		80		

4. Análise descritiva e comparativa

Apesar de nos debruçarmos especificamente sobre os capitéis e bases que se encontram reproveitados no interior da Igreja — respectivamente dez capitéis, duas bases e outros dois capitéis, de características distintas, que se encontram actualmente na cabeceira da Igreja — apresentamos um outro capitel e mais duas bases de adossamento que se encontram no exterior, junto ao campanário (Quadro n.º 2).

Importa ainda referir que as peças do interior do edifício estão integradas na construção, funcionando algumas como capitéis e outras como bases, mantendo, em alguns casos, a sua função original. Outras peças, no entanto, foram cortadas, talhadas e adaptadas para cumprirem uma nova função neste templo religioso.

Quadro 2. Elementos arquitectónicos analisados				
<i>Capitéis</i>		<i>Bases</i>	<i>Localização actual</i>	
<i>Capitéis de coluna</i>	<i>Capitéis de adossamento</i>		<i>Integrados arquitectonicamente</i>	<i>Elementos independentes</i>
n.º 1	n.º 9	n.º 11	n.º 1	n.º 13
n.º 2	n.º 10	n.º 12	n.º 2	n.º 14
n.º 3	n.º 15	n.º 14	n.º 3	n.º 15
n.º 4		n.º 16	n.º 4	n.º 16
n.º 5		n.º 17	n.º 5	n.º 17
n.º 6			n.º 6	
n.º 7			n.º 7	
n.º 8			n.º 8	
n.º 13			n.º 9	
			n.º 10	
			n.º 11	
			n.º 12	
9	3	5	12	5

Alguns dos espécimes que agora apresentamos encontram-se bastante alterados morfologicamente. Tal facto prende-se directamente com a sua reutilização no edifício actual (Quadro n.º 2) que obrigou à alteração da sua morfologia original, para que se adaptassem a uma nova função. São pois, modificações que se ficaram a dever à sua reutilização e respectiva adaptação ao novo templo, como acontece com os exemplares n.ºs 5, 6, 7 e 8.

Mantendo a sua função original, temos os exemplares n.ºs 1, 2, 3 e 4, que se localizam na arcaria da nave central. Os exemplares n.ºs 13 e 14 não se encontram integrados no edifício, estando colocados no nártex. Por último, as peças n.ºs 9, 10 e 15, fazem parte de um bloco pétreo de maiores dimensões, não tendo funcionado como elementos isentos. Assim, são peças que não foram talhadas em todo o seu perímetro, sendo apenas visíveis em três faces. Duas delas (exemplares n.ºs 9 e 10) encontram-se no arco do altar-mor e a outra (n.º 15) no exterior, junto ao campanário, sem que esteja utilizada em qualquer edificação.

Analisaremos as peças n.ºs 1, 2, 3, 4 e 13 em conjunto, uma vez que o perfil que ostentam é claramente semelhante, ainda que o último exemplar, dado o mau estado de conservação, possa fazer pensar numa peça morfologicamente distinta.

O exemplar n.º 14 apresenta um perfil distinto e o tipo de material em que se encontra talhado é também diferente — apesar de a matéria-prima continuar a ser o granito, a granulometria é maior e a coloração é mais amarelada —, o que poderá eventualmente indicar uma proveniência distinta. Com efeito, o nártex desta igreja tem sido aproveitado como museu, acumulando-se, ao longo dos

tempos, múltiplos elementos arquitectónicos. Não será de estranhar, assim, que este exemplar tenha sido recolhido em outro local e aqui depositado.

4.1. *Capitéis toscanos de coluna – Grupo A*

Peças n.ºs 1, 2, 3, 4 e 13 (Quadro n.º 3)
(Figs. 1–7; Estampa I):

Temos, em todos eles, um ábaco alto, sensivelmente quadrado, que, nestas peças, varia entre os 80 e os 95 mm de altura. As dimensões destes elementos, nos capitéis n.ºs 1 a 4, apresentam uma variação relativa entre si de 90 mm, sendo a maior a do exemplar n.º 1 com 570 x 570 mm. A peça n.º 13 destaca-se, pois é nitidamente inferior (430 x 430 mm), ainda que o acentuado desgaste da sua superfície nos leve a considerar com alguma cautela estas dimensões.

Através de um breve sulco estabelece-se a ligação ao equino, o qual adopta um perfil semelhante a um toro, mas de curvatura pouco acentuada. Este elemento tem uma altura que varia, nestas quatro peças, entre os 65 e os 80 mm. A ligação ao elemento seguinte, o hipotraqúelio, é realizada através de um pequeno sulco que se situa já na curva inferior do toro, aspecto que foi definido por nós como o nascimento deste novo elemento constituinte. Esta pequeníssima reen-



Fig. 1 Capitel n.º 1, com o respectivo fuste e base.



Fig. 2 Pormenor do capitel anterior: peça n.º 1.



Fig. 3 Capitel n.º 2.



Fig. 4 Capitel n.º 3, com o respectivo fuste e base.



Fig. 5 Pormenor do capitel anterior; peça n.º 3.



Fig. 6 Capitel n.º 4.

trância não se encontra visível em todo o perímetro dos exemplares, ainda que se vislumbre em algumas áreas. Na maior parte das peças este elemento não se encontra representado nos desenhos pois não possui uma volumetria contabilizável. O capitel n.º 4 conserva, mais nitidamente, este pormenor decorativo.

A curvatura do hipotraqúelio assemelha-se a um perfil em “escapo directo” (Bonneville, 1980, p. 96, n.º 26), morfologia bastante normal nas peças que conhecemos, ainda que se possam detectar algumas diferenças entre si pela maior ou menor acentuação da curvatura. O perfil mais suave é o do exemplar n.º 4, seguido pelo das peças n.ºs 3 e 13. A altura do hipotraqúelio nos cinco exemplares varia entre os 50 mm (n.ºs 1 e 2), 60/65 mm (respectivamente n.ºs 3 e 4) e os 75 mm (n.º 13).

A ligação entre o hipotraqúelio e a parte constituinte inferior composta pelo sumoscapo é feita por uma pequena retracção do diâmetro do exemplar, ficando demarcado, em todo o seu



Fig. 7 Capitel n.º 13.

perímetro, um sulco contínuo que estabelece uma alteração de plano. Já que esta parte do exemplar se destinava a ligar ao fuste, constituindo-se, ele próprio, como o seu sumoscapo, não é de estranhar que as dimensões que denotem mais alterações sejam precisamente estas. Temos, deste modo, uma variação relativa de 85 mm, com uma altura máxima para o sumoscapo do exemplar n.º 4 (135 mm) e uma altura mínima para o n.º 2 (30 mm).

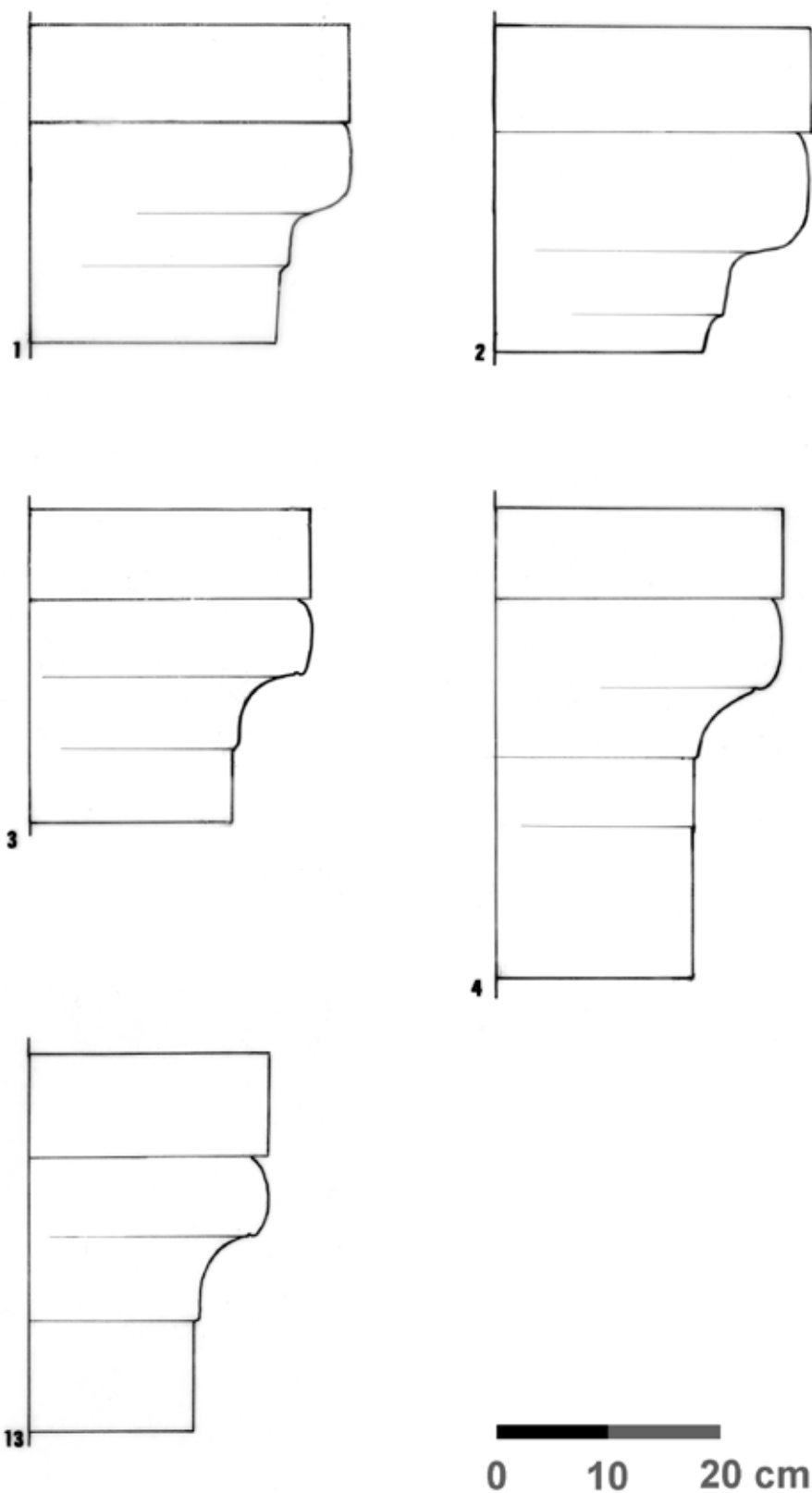
O exemplar n.º 4 é, claramente, o espécime que podemos adoptar como “cânone”, sendo o melhor conservado e mantendo o sumoscapo na sua totalidade. Todas as restantes peças, mesmo as ainda não analisadas, estão, em menor ou maior grau, incompletas. A peça n.º 4 apresenta o que designamos, na ausência de melhor terminologia, por “duplo sumoscapo”. Na verdade, subjacente ao hipotraqúelio e através de uma ligeira retracção do perímetro da peça (5 mm), situa-se o sumoscapo com uma altura de 60 mm que continua, prolongando-se por mais 135 mm, através de uma quase imperceptível redução do perímetro. Deste modo, o sumoscapo na sua totalidade, terá cerca de 200 mm de altura. A nosso ver, trata-se de mais um troço do fuste o qual, nesta peça, foi talhado na própria peça exigindo, assim, um fuste de altura mais reduzida. Não será fácil encontrar paralelos para esta curiosa morfologia, no entanto, os casos mais próximos encontramos-los, mais uma vez, na cidade romana de *Ammaia*, onde um capitel toscano e três exemplares do subtipo “jónicos lisos de influência toscana” apresentam uma altura do sumoscapo que varia 250 e 170 mm (Fernandes, 2001, pp. 95–158, peças n.ºs 1, 17, 22 e 26, com as respectivas dimensões de: 250, 250, 170 e 190 mm).

Tomando como modelo o capitel n.º 4, podemos integrá-lo no Tipo BC de Broise o qual se define por apresentar um equino em forma de toro que se apoia sobre caveto (Broise, 1969, pp. 15–22). Curioso o facto de o autor referir que este tipo de perfil pode, de igual modo, corresponder a uma base (Broise, 1969, p. 20), ainda que nada explicita em relação a cronologias para este ou para outros tipos de perfil de capitéis toscanos. Ao analisar um conjunto de peças da Gália (*supra*), o autor apenas as define como “ordre toscan provincial” baseando-se, para a definição de “tipos”, no antigo trabalho de A. Lézine, onde este investigador analisa um enorme conjunto de capitéis de múltiplas proveniências da região norte-africana (Lézine, 1955, pp. 12–29, Estampas).

No que respeita à tipologia de Lézine, os perfis que agora analisamos inscrevem-se na categoria dos “equinos em forma de toro” (Lézine, 1955, p. 13). Tal como o autor indica, este tipo de peças não aparece frequentemente publicado em contextos da Roma republicana, ainda que o seu emprego tenha sido, durante certo período de tempo, bastante generalizado pois aparecem exemplares em locais tão longínquos quanto o Egipto e a Síria (Lézine, 1955, p. 15). Na região norte-africana surgem-nos exemplares em *Thuburbo Maius* e em *Bulla Regia* (actual Tunísia) que se podem aproximar. O perfil em arco de círculo, que constitui o 4.º grupo, é o mais comum em sítios arqueológicos tunisinos⁶, ainda que a particularidade que ostentam, no que respeita à redução da parte inferior da garganta, os afaste nitidamente dos exemplares de S. Pedro de Lourosa, bem como dos restantes capitéis de que temos conhecimento para o território nacional e espanhol. O termo “garganta” refere-se ao hipotraqúelio. Com efeito, neste tipo de capitel não existe uma verdadeira ligação em moldura ao hipotraqúelio, já que a união entre o equino e essa parte inferior é realizada por simples justaposição.

A cronologia que Lézine indica para os equinos com morfologia de toro é assaz recuada, apontando para as primeiras colonizações destes territórios anteriores à época de Augusto, concretamente a partir da destruição de Cartago, ainda que a maior parte das peças se possa atribuir ao século I d.C. As origens para estes exemplares há que as perscrutar num cunho itálico legítimo, através dos grupos de veteranos que colonizaram esta região do Império (Lézine, 1955, pp. 28–29), mais do que a uma influência da ordem dórica e, desse modo, relacionadas com correntes greco-helenísticas.

Se compararmos estas peças com os exemplares conhecidos em território espanhol é igualmente esta a morfologia que tem maior representatividade. Com efeito, integrados no Tipo 3 de



Estampa I Perfis dos capitéis que se incluem no Grupo A: capitéis toscanos de colunas.

Gutiérrez Behemerid (Grupo B de Broise) podem-se incluir trinta e quatro exemplares dos sessenta e um identificados em 1992 para o país vizinho, que ostentam esta morfologia do equino (Gutiérrez Behemerid, 1992, pp. 22–26). A cronologia que a autora aponta para estas peças é, genericamente, o século I. Apesar de se sublinhar a dificuldade de indicações cronológicas precisas para exemplares de contexto arqueológico pouco seguro e de morfologia tão simples, será essa simplicidade que leva a autora a recuar a época da sua produção. Com efeito, a complexidade do perfil toscano será uma evolução claramente posterior, tal como fizemos referência em relação a peças por nós analisadas provenientes de *Ammaia* (Fernandes, 2001, pp. 95–158) ou de outros locais (Fernandes, 1997, vol. 2, pp. 112–129).

Uma das características das peças do século I é o facto de apresentarem dimensões iguais relativamente às suas partes constituintes, isto é, entre o ábaco, equino e hipotraqúelio, aspecto para o qual Lézine havia colocado a tónica (Lézine, 1955, p. 14). Com efeito, apesar de observarmos algumas diferenças nos capitéis de Lourosa, se retivermos o capitel que adoptamos como o mais fiel (capitel n.º 4), observamos que as medidas do ábaco e do equino são precisamente iguais, ainda que o hipotraqúelio seja mais pequeno. Nas restantes peças ainda que não se constate este equilíbrio morfométrico, as diferenças não são acentuadamente distintas (Quadro n.º 2).

Por outro lado, o limite do equino, no que respeita ao seu perímetro, é equivalente ao do ábaco, situando-se os dois elementos, em termos de perfil, no mesmo alinhamento. Esta característica, que confere aos espécimes um aspecto mais compacto e austero já que não existe escalonamento e alteração acentuada de volumes é, segundo as palavras de J. Gimeno, mais habitual nos “... capiteles dóricos arcaicos, siendo muy escassa su presencia en los ejemplares itálicos republicanos o posteriores” (Gimeno, 1989, p. 106). Outro aspecto para o qual o autor chama a atenção é a proximidade das dimensões oferecidas pelo ábaco e equino se afastarem das detidas pelo hipotraqúelio, acentuadamente maiores, facto que se constata, por exemplo, em peças de *Ammaia* (Fernandes, 2001, p. 110). Nos capitéis de S. Pedro de Lourosa, no entanto, verifica-se o inverso. Aqui as dimensões oferecidas pelo hipotraqúelio são menores do que as do equino e ábaco o que os aproxima mais dos preceitos vitruvianos os quais, como tivemos oportunidade de referir, preconizam que estes três elementos, ou partes constituintes do capitel toscano, tenham a mesma dimensão (Granger, trad. 1995, Book V, C. VII, 241).

Um dos aspectos mais marcantes e que define uma cronologia mais recuada para estas peças, para além dos paralelos que temos vindo a indicar, é o facto de não se encontrarem presentes listéis e molduras a estabelecer a ligação entre as várias partes do capitel (Broise, 1969, p. 22; Gutiérrez Behemerid, 1992, p. 26). Na verdade, a progressiva complexidade e multiplicidade de listéis e molduras entre o ábaco e o equino e entre este e o hipotraqúelio, são características que se verificam em exemplares datáveis da segunda e terceira centúria, como se observa, por exemplo, no monumento naomorfo de Fabara (Abad Casal, 1991, Fichero n.º 9). Por outro lado, a quase ausência de demarcação entre ábaco e equino, os quais se posicionam como acima referimos, no mesmo alinhamento, faz com que a reentrância que os separa seja mínima, pormenor que nos indica cronologias recuadas, como acima referido.

Os melhores paralelos que podemos apontar para estes exemplares são os que provêm do território nacional. Os capitéis de *Ammaia*, aos quais já por diversas vezes fizemos referência, são morfologicamente muito semelhantes, mas também peças de Idanha-a-Velha, Almofala, Abrantes, Constância, Alter do Chão, Belmonte, Freixo de Numão, Igreja de S. Pedro de Balsemão (Lamego), Braga, Sabugal, S. Pedro do Sul, Conímbriga, Mação, entre outras, se aproximam, oferecendo equinos em forma de toro.

Quadro 3. Capitéis de coluna: dimensões (mm)*							
N.º	Total	Ábaco	Dim. ábaco	Equino	Hipotraquélio	Sumoscapo	Ø Assentamento fuste
1	285	90	570 x 570	80	50	65	440
2	290	95	490 x 480	80	50	30	390
3	380	80	500 x 500	65	65	60	360
4	420	80	480 x 510	80	60	60+135	350
13	340	90	430 x 430 (?)	70	75	10	285

* As dimensões referem-se à altura das várias partes constituintes, com excepção do ábaco onde se apresenta também a largura/comprimento e o diâmetro do assentamento do fuste.

4.2. Peças modificadas (capitéis toscanos de coluna?) – Grupo B

Peças n.ºs 5, 6, 7 e 8 (Quadro n.º 4)

(Figs. 8–11; Estampa II):

Incluimos neste grupo os exemplares cujo perfil foi alterado em época posterior. Encontram-se neste caso as peças n.ºs 5, 6, 7 e 8 (Quadro n.º 4). O facto de estes exemplares terem sido reaproveitados como bases oferecendo, por tal facto, um perfil distinto, impede-nos uma adscrição ao grupo anteriormente descrito.



Fig. 8 Peça n.º 5.



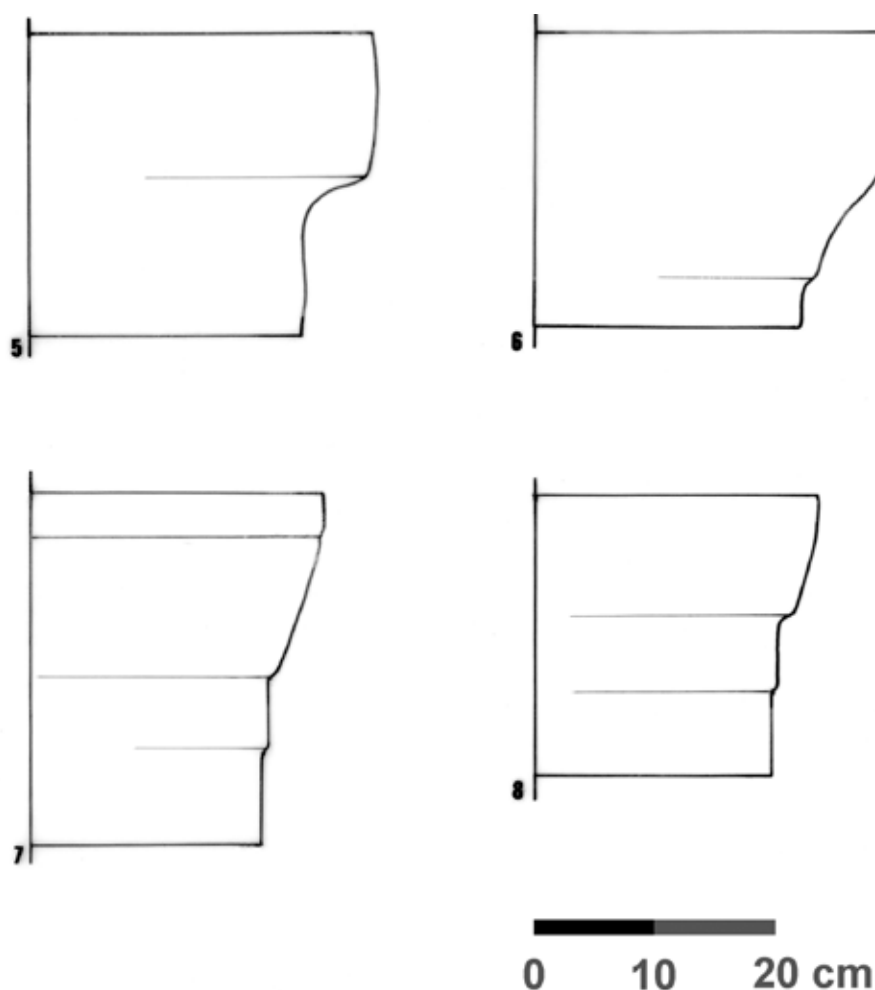
Fig. 9 Peça n.º 6.



Fig. 10 Peça n.º 7.



Fig. 11 Peça n.º 8.



Estampa II Peças que se incluem no Grupo B: peças modificadas posteriormente.

O ábaco, caso o tenham tido, encontra-se por vezes embebido no próprio pavimento não sendo possível a sua visualização. O facto de o perfil ter sido desbastado não permite, de igual modo, saber qual a parte constituinte correspondente e respectivas dimensões. Nas peças n.ºs 5 e 6 não se distingue a separação entre o hipotraqúelio e o equino e certamente que, neste último elemento, estará incluída parte do ábaco, dada a acentuada altura dessa parte da peça.

No exemplar n.º 7 é possível observar parte do ábaco, com uma altura de cerca de 50 mm, dimensão muito inferior à das restantes peças mais bem conservadas. Neste capitel, assim como no n.º 8, o hipotraqúelio e o sumoscapo encontram-se bem conservados.

Deste grupo, as peças n.º 7 e n.º 8 são as que oferecem menos dúvidas quanto à sua identificação como capitéis toscanos e, desse modo, passíveis de serem integrados no grupo anteriormente analisado.

As peças foram colocadas em posição invertida, encontrando-se a parte inferior do ábaco escondida por baixo do pavimento actual. A peça 6 encontra-se isenta, assente sobre uma pedra do pavimento. Não possui ábaco nem plinto, o que suscita grandes cautelas quanto à sua classificação como romana. Com efeito, é o único exemplar que não possui esse elemento quadrado que, nas restantes peças, é bastante evidente e definido.

Quadro 4. Capitéis de coluna: dimensões (mm)*							
N.º	Alt. conservada	Ábaco	Dim. ábaco	Equino	Hipotraquélio	Sumoscapo	Ø Assentamento fuste
5	250	?	?	120 (?)	?	?	450
6	240	?	?	?	?	?	440
7	300	?	?	115 (?)	55	80	380
8	230	?	?	100 (?)	60	70	400

* As dimensões referem-se à altura das várias partes constituintes, com excepção do ábaco, onde se apresenta também apenas o diâmetro da base da peça, isto é, o assentamento do fuste. Por uma questão de uniformidade empregamos a mesma terminologia mesmo pondo em dúvida que algumas peças sejam romanas.

4.3. Capitéis toscanos de adossamento – Grupo C

Peças n.ºs 9, 10 e 15 (Quadro n.º 5)

(Figs. 12–14; Estampa III):

Enquadramos neste grupo os exemplares n.ºs 9, 10 e 15 (Quadro n.º 5). Os dois primeiros localizam-se no arco do altar-mor, no interior da Igreja, com a função de capitéis e o último encontra-se no exterior, não estando integrado arquitectonicamente.



Fig. 12 Peça n.º 9.

A individualização destas três peças deve-se ao facto de serem talhadas num dos lados menores de um bloco rectangular. Deste modo, os capitéis não são isentos, sendo o perfil das peças 9 e 10 muito semelhante. Estes capitéis são de menores dimensões que as peças analisadas no Grupo A. O equino é em forma de toro, posicionando-se por baixo do ábaco e no mesmo alinhamento. O hipotraquélio localiza-se por baixo do equino mas sem estabelecer uma ligação orgânica, ou seja, a curvatura em garganta que se observa nos restantes exemplares não



Fig. 13 Peça n.º 10.



Fig. 14 Peça n.º 15.

está aqui presente e estas duas partes do capitel simplesmente se justapõem de forma simples. A altura evidenciada pelo hipotraqúelio e pelo sumoscapo é bastante reduzida.

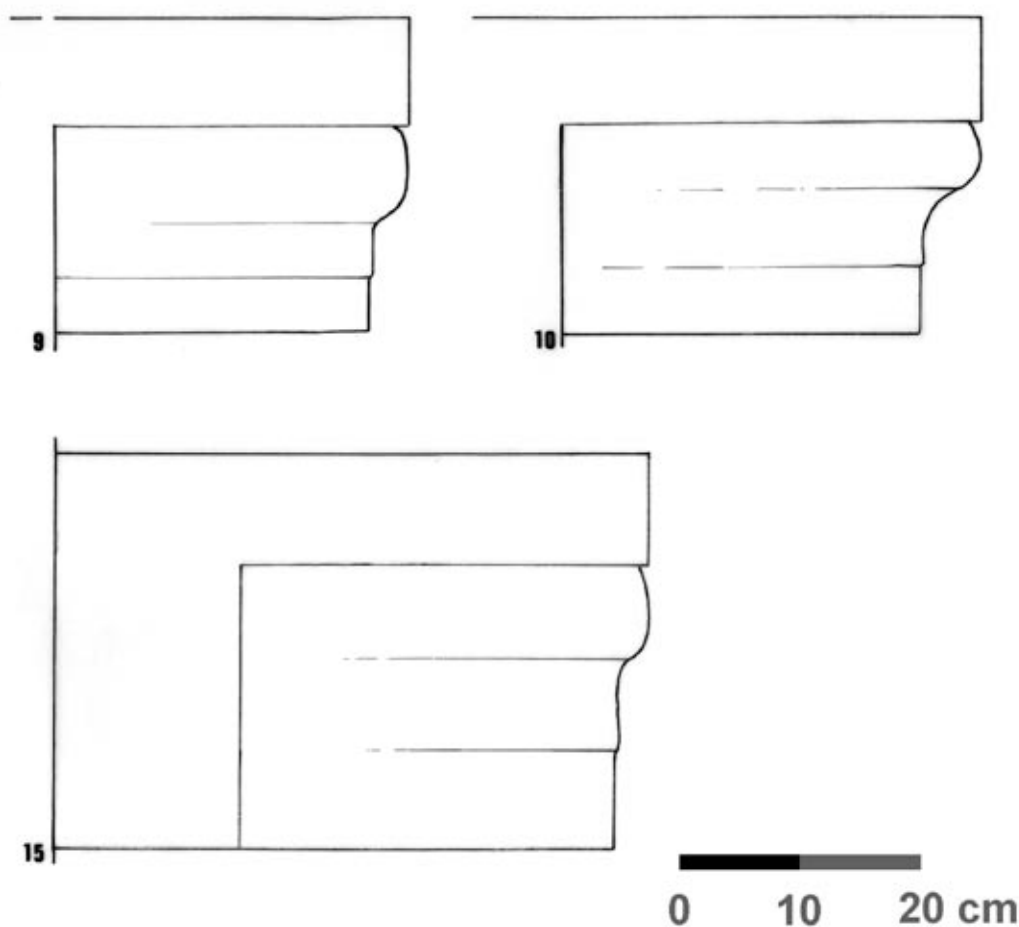
Este tipo de perfil afasta-se claramente do oferecido pelas peças observadas anteriormente. O sistema de talhe que se vê junto ao bloco recto onde termina o perfil do capitel oferece um limite pouco linear, por vezes um pouco biselado, pormenor que sublinha as reticências na classificação destas peças como romanas.

O exemplar 15, com o seu hipotraqúelio e sumoscapo alto afasta-se dos dois exemplares anteriores e aproxima-se das peças do Grupo A. No entanto, o facto de se encontrar talhado também num bloco rectangular fá-lo integrar este grupo de peças não isentas.

Quadro 5. Capitéis de coluna de adossamento: dimensões (mm)*

N.º	Total	Ábaco	Equino	Hipotraqúelio	Sumoscapo	Ø Assentamento fuste
9	260	90	80	45	45 (cons.)	520
10	260	82	75	60	55	600
15	355	90	75	175 (?)	110	350

* As dimensões referem-se à altura das várias partes constituintes, com excepção do ábaco onde se apresenta também a largura/comprimento e o diâmetro do assentamento do fuste.



Estampa III Peças que se incluem no Grupo C: capitéis toscanos de adossamento.

4.4. Bases – Grupo D

Peças n.ºs 11, 12, 16 e 17 (Quadro n.º 6)

(Figs. 15–18; Estampa IV):

Classificamos como bases os exemplares n.ºs 11, 12, 16 e 17 (Quadro n.º 6). Os dois primeiros foram reempregues como bases e localizam-se de um e do outro lado do arco do altar-mor, no interior da Igreja. Os outros dois encontram-se no exterior, por trás da cabeceira, não estando integrados arquitectonicamente.

Da mesma forma que Vitrúvio trata os capitéis da ordem toscana, também apresenta as dimensões que as respectivas bases deveriam possuir, assim: “As bases serão de uma altura correspondente a metade do diâmetro da coluna. Terão um plinto circular com a espessura de metade da altura da espora, sendo o toro que está por cima, incluindo a apófige, tão espesso quanto o plinto” (Livro IV, Capítulo VII, 3.; trad. Maciel, 2006, p. 156).

As bases de S. Pedro de Lourosa não possuem plinto e apresentam dois toros, de alturas não muito distintas — exceptuando o exemplar n.º 12 onde a parte inferior é substancialmente mais alta — separados entre si por um escapo. Dois listéis, localizados, um no limite inferior e outro na parte superior do escapo, estabelecem a ligação entre este e os dois toros. Em dois dos exemplares, se mantém o que parece ser o arranque do fuste, isto é, o imoscapo, ainda que o grande desgaste que as superfícies evidenciam dificulte uma observação correcta desta parte dos exemplares.



Fig. 15 Peça n.º 11.



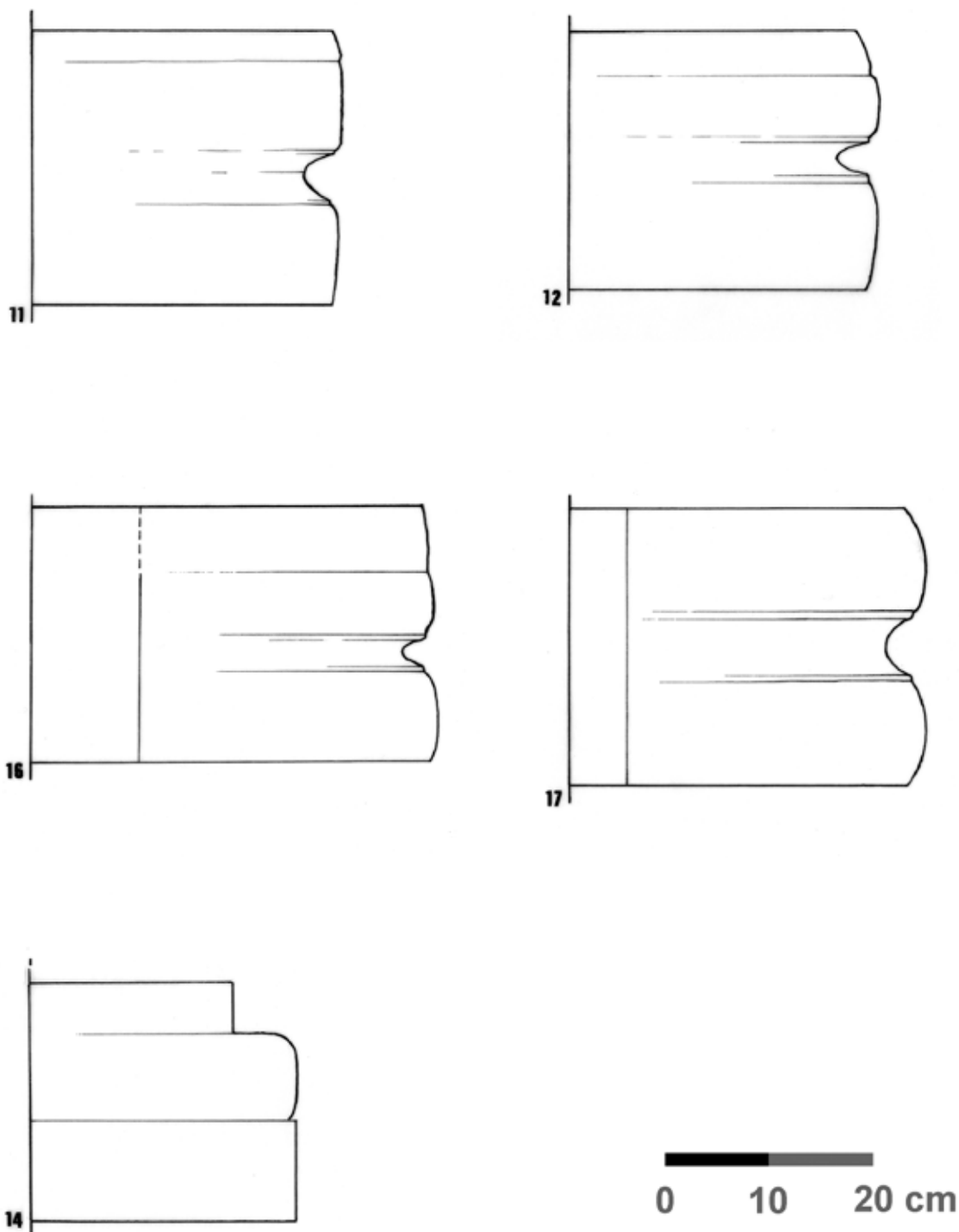
Fig. 16 Peça n.º 12.



Fig. 17 Peça n.º 16.



Fig. 18 Peça n.º 17.



Estampa IV Peças que se incluem no Grupo D: bases.

Estas bases não correspondem às bases toscanas de que falava Vitrúvio mas sim às bases áti-
cas, com os dois toros separados por listéis. O facto de bases áticas serem empregues em conjunto
com os capitéis toscanos não é invulgar, o mesmo ocorrendo nas colunas de Bobadela. Na tipolo-
gia definida por Broise, por exemplo, várias colunas toscanas integram bases áticas, simples ou
compostas (Broise, 1969, p. 17, tipos BGB e BGGB).

Quadro 6. Bases de coluna de adossamento: dimensões (mm)*							
N.º	Total	Toro inf.	Toro sup.	Dif. entre toros	Escapo	Prof. escapo	Imoscapo (?)
11	260	95	80	5	60	35	30
12	260	100	60	–	30	35	40
16	240	85	60	10	25	35	65
17	260	95	90	–	65	40	–

* As dimensões referem-se à altura das várias partes constituintes. No escapo é apresentada a respectiva profundidade.

Ainda que a típica base ática possua plinto, a sua inclusão, assim como a total explanação dos seus componentes constitui uma evolução morfológica a qual somente

... a partir de época augustea pero, sobre todo, a lo largo de la julioclaudia cuando la basa ática adquiere su plena configuración, con unos rasgos tipológicos y formales que, con pocas variaciones, se conservarán durante todo el imperio ... (Gutiérrez Behemerid & alii, 2006, p. 295).

No entanto, se são muitos os casos em que tal característica se verifica, a questão não pode ser entendida como uma simples evolução morfológica e há inúmeros exemplos onde, bem adiantado o século I d.C. ou mesmo em épocas mais tardias, as bases áticas não apresentam plinto⁷.

A altura das quatro peças aqui analisadas é muito próxima. Assim sendo, parece-nos que estes elementos terão pertencido a um mesmo edifício o que é também corroborado pelo facto de se tratar de bases de adossamento, não se tratando pois, de peças isentas.

Vitrúvio define a base ática do seguinte modo:

Se se tratar de uma base ática, dividir-se-á a sua altura, de modo que a parte superior corresponda a um terço do diâmetro da coluna, sendo a parte restante deixada para o plinto. Excluído o plinto, divide-se o resto em quatro partes, dê-se uma delas ao toro superior e dividam-se as três restantes em duas partes iguais, uma para o toro inferior e a outra para a escócia (...) com os respectivos listéis” (Livro III, Capítulo V, 2.; trad. Maciel, 2006, p. 120).

As peças em análise não podem, verdadeiramente, ser consideradas bases áticas canónicas, não apenas pela ausência de plinto mas, de igual modo, por outras particularidades, a primeira das quais se refere ao facto de os dois toros apresentarem dimensões iguais. Se observarmos as dimensões que os toros apresentam (Quadro n.º 6), constatamos que, em alguns casos essa diferença é reduzida. Na peça 12 é mais evidente o toro inferior ser maior que o superior. O posicionamento dos dois toros situa-se praticamente no mesmo alinhamento vertical (Quadro n.º 7), sendo o diâmetro entre eles é pouco diferente entre si (a diferença máxima é 2 cm). Por último, o espaço concedido à escócia, ou escapo, é bastante reduzido. Inicialmente, este elemento “... sólo fue un pequeño espacio intermedio que no tenía otra función que la de separar los dos toros; con el paso del tiempo, este espacio intermedio adquiere una cierta autonomía y se transforma en una moldura cóncava” (Chiner Martorell, 1990, p. 89). Esta parte da base ática pode ser considerada como uma das mais importantes na linha evolutiva que este tipo de base sofreu, abandonando uma expressão de simples ranhura para um perfil parabólico, paralelamente à colocação de listéis ou filetes que a delimitam superior e inferiormente (Gutiérrez Behemerid & alii, 2006, p. 295; Márquez, 1998, pp. 115–118).

O perfil parabólico do escapo das bases áticas é adoptado precisamente para estabelecer a junção entre dois toros de diâmetros distintos, obtendo-se assim um perfil escalonado que remata, superiormente num diâmetro mais reduzido que estabelece a ligação ao fuste. Nas peças de Lourosa, esta característica não se verifica, apresentando o escapo, por vezes uma dimensão muito pequena, quase um filete alargado.

Esta característica, aliada ao facto de o que consideramos nestas peças como imoscapo, não possuir um diâmetro inferior ao que apresentam os toros sublinha a incongruência do perfil da base, mas, sobretudo do conjunto base/fuste. Estes factores obrigam a colocar grandes reticências quanto a uma acertiva interpretação destas peças como romanas.

Também em Idanha-a-Velha os capitéis da Mesquita-Catedral que classificamos como toscanos se associam com bases áticas com plinto. O perfil destas bases é, no entanto, bastante mais evoluído que o verificado nas bases de Lourosa: as molduras são mais volumosas; as várias partes constituintes mais bem definidas e o escapo assume um papel de maior destaque.

Também em Bobadela se verifica a mesma associação. Mais uma vez aqui o perfil é mais desenvolvido e, apesar de os exemplares não terem plinto, o imoscapo talhado no mesmo bloco é acentuadamente de menor diâmetro, estabelecendo uma ligação natural ao fuste.

Quadro 7. Bases de coluna de adossamento (mm)			
N.º	Ø Base (Sup. Inf.*) (A)	Ø Assentamento imoscapo (B)	Diferença (A-B)
11	580	580	0
12	570	560	10
16	560	540	20
17	540	530	10

* Sup. Inf. – Superfície inferior.

Resta-nos um único espécime, o n.º 14 (Figs. 19 e 20) (Estampa IV), que se afasta quer da tipologia de capitéis apresentados, quer das bases que acabamos de observar (Quadro n.º 8). Trata-se de um exemplar de extrema simplicidade composto por um plinto acentuadamente alto, sobreposto por um toro de perfil pouco curvo, que se posiciona no mesmo alinhamento vertical daquele e ao qual se liga o imoscapo, talhado no mesmo bloco. Um exemplar de Sagunto oferece-nos um paralelo quase decalcado. Trata-se de uma base com os mesmos elementos constituintes e de idêntica morfologia, “... perteneciente a uno de los órdenes del Teatro y que, probablemente, iría recubierta de estuco” (Chiner Martorell, 1990, p. 97, n.º B. 26). A cronologia do teatro de Sagunto parece situar-se entre os reinados de Cláudio e Nero (Hernández & alii, 1993, pp. 25–42). Também como aquele, a peça n.º 14 possui um pequeno orifício centrado na base de assentamento do fuste, ou para colocação de cavilha de metal, como defende a autora ou, em nossa opinião, para marcar o centro do plano de desenho e respectivo ponto de referência do talhe da peça, tal como encontramos em bases áticas de Frielas (Fernandes, 2002, pp. 20–32). Inclina-mo-nos para a interpretação desta peça como base.

As bases toscanas de Bobadela oferecem, mais uma vez, os melhores paralelos. Com efeito, para além do outro tipo de base que anteriormente referimos, existem outras que apresentam um toro de pouca altura seguido de uma moldura em côncavo reverso que se liga directamente ao imoscapo que é integrado no mesmo bloco. Esta parte moldurada pode ser considerada como uma verdadeira *apophyse*, segundo a terminologia aplicada por Ginouvès (1992, p. 71 e est. 36, 3), a qual, segundo o autor, constitui, do ponto de vista formal, o início do fuste. Esta designação é, de igual

modo, aplicada por Vitrúvio (Livro IV, Capítulo VII, 3). Curiosamente, estas bases são em forma de 8, articulando-se com fustes de idêntica morfologia, designadas por H. Frade como “colunas duplas, de secção em forma de 8” (Frade & alii, 1995, p. 228), ou, segundo Ginouvès (1992, pl. 34, 4) como “colonne bilobée”. No mundo romano existem vários exemplos de fustes similares, indicamos, no actual território nacional, alguns paralelos em Miróbriga. Segundo Helena Frade, estas peças — fustes e respectivas bases — pertenceriam a um “... edifício do tipo *fórum*-bloco, de planta quase quadrada, orientado no sentido N/S e com 53 m de comprimento por 47 m de largura. A entrada no recinto far-se-ia pelo arco ainda existente, situado a meio do lado maior, e por um outro arco, fronteiro a este e hoje desaparecido. Teria um pórtico a toda a volta, com colunas duplas, de secção em forma de 8 que suportavam o entablamento” (Frade & alii, p. 228). No entanto, mais recentemente, Jorge de Alarcão apresenta uma outra localização para estas peças: “Acham-se, em Bobadela, algumas grandes pedras trabalhadas com forma de 8. Tais pedras não podem ser senão tambores que, assentes uns sobre os outros e rematados por uma grande imposta, serviriam de suporte a arcos (...). Não nos parece que tal solução tivesse sido adoptada nos pórticos do fórum. O mais provável é que tais pórticos tenham adoptado o modelo, normal no século I d.C., de colunas isentas e arquitrave (Alarcão, 2002–2003, p. 162).

Perante estas duas interpretações não nos abalizamos em definir qual será a correcta, no entanto, apesar de o modelo definido por J. Alarcão para os *fora* seja o mais vulgar, não nos podemos esquecer que o arco que ainda hoje se mantém em Bobadela, defronte da Igreja, se encontra *in situ* e que, caso se tratasse dos arcos de um aqueduto, nos pareceria estranho que cruzassem, em local tão próximo, o *forum* de Bobadela, identificado ao longo das últimas intervenções arqueológicas (Frade & Portas, 1994, pp. 349–368, fots.; Frade & alii, 1995, pp. 221–231, figs.).



Fig. 19 Peça n.º 14. Perspectiva lateral de possível base.



Fig. 20 Peça n.º 14. Perspectiva superior.

Quadro 8. Base de coluna isenta: dimensões (mm)*						
N.º	Total	Ábaco	Dim. Ábaco	Equino	Hipotraquélio	Sumoscapo
14	225	98	510 x 510	80	5 (?)	?

* As dimensões referem-se à altura das várias partes constituintes, com excepção do ábaco onde se apresenta também a largura/comprimento.

As características evidenciadas por este elemento, único exemplar que classificamos como base toscana e única base isenta, traduzem-se numa simplicidade do perfil que se compõe de plinto, toro quase recto e ausência de moldura destas duas partes; inclusão do imoscapo no bloco da base. Estes indícios levam a concluir por uma cronologia recuada desta peça, muito provavelmente na mudança de era ou inícios do século I d.C.

4.5. Outros elementos arquitectónicos

No que respeita a outros elementos arquitectónicos há que fazer referência aos fustes de coluna. Ainda que seja muito difícil saber se estas peças são da Época Romana, pensamos que é provável que, do mesmo modo que existem bases e capitéis desse contexto também alguns dos fustes empregues no interior da igreja pertençam a esse mesmo horizonte cultural e cronológico.

O primeiro aspecto a realçar é o carácter rude, quase atarracado que estes elementos apresentam. A pouca altura destas peças e a largura acentuada que possuem confere-lhes um aspecto pouco elegante e maciço, para o que concorre, de igual modo, a *adiectio*, acentuadamente marcada, que se observa sensivelmente a meio da sua altura. Este termo latino tem a sua tradução no grego de *enthasis*. Vitrúvio menciona os dois, os quais se referem a “acrescento” ou “engrossamento” (*vide* tradução de J. Maciel, 2006, Vitrúvio, Tratado de Architectura, Livro III, Capítulo III, 13).

Curiosamente, Vitrúvio refere que os fustes toscanos não apresentam esta “deformação” técnica — aspecto para o qual já A. Lézine havia chamado a atenção ao analisar os capitéis e fustes toscanos da Tunísia (1955, p. 19, n. 38) —, mencionando esta correcção somente nas colunas dóricas (Livro IV, Capítulo III, 10) ou, genericamente, quando se refere aos distintos tipos de templos (Livro III, Capítulo III, 13).

Os fustes que se observam na nave central da Igreja apresentam uma altura próxima, com variações entre si de cerca de 60 mm, com uma dimensão que varia entre 1 m e 1,16 m. A sua altura, no entanto, não será a original, a qual seria acentuadamente maior, sobretudo se nos lembrarmos dos preceitos vitruvianos ao indicar, consoante o tipo de templos, que as colunas deveriam possuir de altura oito vezes, ou oito vezes e meia, nove partes e meia ou dez partes do respectivo diâmetro, respectivamente nos templos areostilos, diastilos, sistilos e eustilos e, por fim, com dez partes, os templos picnostilos (Livro III, Capítulo III, 10). No caso vertente, a distinta altura que estas peças possuíam quando foram reempregues no interior do actual templo religioso, terá sido compensada pelos capitéis, também eles de distintas dimensões devido sobretudo às diferentes alturas que o *summus scapus* possui.

Se partirmos do capitel maior — único exemplar completo que possuímos (peça n.º 4) — poderíamos propor para os fustes uma altura de cerca de 14,70 m. Seguindo os preceitos vitruvianos, o diâmetro do *imus scapus* do fuste corresponderá a metade da altura do capitel e esse diâmetro, por sua vez, será a sétima parte da sua altura. Neste caso partimos da tradução portuguesa do Vitrúvio da autoria de Maria Helena Rua (1998, pp. 136, 138). Não poderemos deixar de transcrever a nota n.º 2 que se apresenta em relação a estas dimensões da coluna toscana: “É com razão que Philander se espanta com esta proporção da ordem toscana, nomeadamente que sendo a mais grosseira nos seus ornamentos do que todas as outras, ela não seja mais curta que a Dórica, que tem também a altura de apenas sete diâmetros ...”.

A dimensão que obtemos — cerca de 15 m — partindo dos pressupostos atrás enunciados, pode elucidar sobre a volumetria do edifício onde, originalmente, se integrariam estes elementos arquitectónicos.



Fig. 21 Fragmento de friso, da Época Romana, que se encontra no nártex da Igreja.



Fig. 22 Aras anepígrafas reutilizadas no actual altar da Igreja.

Mesmo aplicando estes preceitos vitruvianos dificilmente conseguiremos saber que edifício ou edifícios romanos terão existido neste local. No entanto, a quantidade de peças que sobreviveram e que tivemos oportunidade de analisar, assim como alguns frisos que se vêm espalhados junto à Igreja (Fig. 21) ou as aras anepígrafas que foram reutilizadas no altar (Fig. 22) levam a considerar uma função também religiosa para o edifício romano que, acreditamos, aqui terá existido.

5. Contextos históricos e arquitectónicos

Desconhece-se a existência de qualquer ocupação romana em S. Pedro de Lourosa. Vergílio Correia, em publicação de 1972, refere que encontrou na povoação uma *cupa*, a qual se encontrava ao lado da Igreja. Com efeito, no muro lateral ainda lá se vê uma pedra com esse formato e várias outras pedras atestam talhe romano (Correia, 1972, p. 221). Não podemos generalizar esta ideia em relação a vários silhares almofadados que se observam nas faces exteriores das paredes da Igreja (Fig. 23). Em alguns desses blocos o tipo de talhe e os negativos que ficaram do desbaste da pedra, assim como a moldura que delimita o seu arranque, indicam ser obra de época distinta.

Carlos A. Ferreira de Almeida, contrariando a antiga opinião de A. Nogueira Gonçalves, defendeu que a Igreja de Lourosa não utilizou qualquer pedraria antiga, constituindo-se como uma edificação totalmente de raiz (Almeida, 1986, p. 144). Parece-nos que tal afirmação encerra uma deficiente observação, pois é nítido, não somente pelos capitéis, mas também por outros elementos, como frisos ou as aras, que existiu um intenso reaproveitamento de material quando o edifício foi restaurado pela DGEMN em 1931. Bastaria, de igual modo, analisar algumas das fotografias feitas por Marques Abreu e publicadas por Manuel de Aguiar Barreiros em 1930 para se observar múltiplos elementos da Época Romana e de épocas posteriores. A presença, em tais fotografias, de várias cabeceiras de sepultura é claramente ilustrativo do reemprego de materiais.

Pensamos pois, que a utilização de capitéis e bases romanas na Igreja de S. Pedro de Lourosa correspondeu a um acto intencional que elegeu a ordem toscana, simples, despojada e rude, para a ornamentação deste novo espaço religioso. Essa rusticidade foi artificialmente procurada e realizada através do emprego de peças da Época Romana mas também na realização de outros elementos que seguiam de perto a morfologia daqueles. Assim se explica a coexistência de silhares romanos almofadados e outros que os imitam mas que denunciam uma técnica e um desenho claramente

posterior. Do mesmo modo se poderão explicar as bases que detêm um perfil diferente ao das tradicionais bases áticas mas que delas se aproximam morfologicamente, embora de forma deficiente (peças n.ºs 11, 12, 16 e 17).

José Pessanha escreveu, em 1927, que algumas colunas deste tipo se encontravam reaproveitadas nas paredes das casas da povoação, havendo referência, pensamos que oral, que teriam provindo de uma outra terra de topónimo Carvalhal (Pessanha, 1927, p. 42). Este sítio fica actualmente dentro da pequena povoação e nada à superfície indica a presença de uma intensa ocupação romana. Na opinião, também demasiado fantasista, de António Nogueira Gonçalves, teria existido no local uma *villa* romana (Gonçalves, 1952, pp. 169–176).

Em redor da actual igreja existem várias sepulturas antropomórficas, às quais se poderão associar as cabeceiras de sepultura que podemos observar nas fotografias antigas que acima mencionámos. Também durante as obras de restauro, foram encontradas idênticas sepulturas no interior do monumento e a antiga pia baptismal do século IX/X era escavada na rocha, solução com paralelos no mundo hispânico (Fernandes, 2002, p. 258). Parece-nos pois, que a vocação religiosa deste local é recuada, sobretudo se posicionarmos as sepulturas antropomórficas em época anterior à da Igreja pré-românica.

Poderíamos assim, propor para este local a existência de um templo rural, ainda que esta tipologia de edificações seja muito mal conhecida em território nacional, como refere Jorge Alarcão, ao afirmar “Poucos estudados na Lusitânia, os templos rurais certamente existiram. Na Beira Central, concretamente, em Vendas de Cavernães (Viseu), o templo rural consagrado a *Luruni* (...) será um exemplo do que poderia ser eventualmente o de S. Romão” (Alarcão, 2002–2003, p. 167).

A ideia de uma *villa* romana, sem que mais dados documentem essa ocupação torna-se difícil de defender, mas a existência no local de um templo permite explicar de forma mais cabal a presença dos elementos arquitectónicos que hoje ainda se conservam: fustes, bases, capitéis, frisos, arcos. Por outro lado, não nos parece razoável que estes materiais tenham sido transportados de Bobadela para aqui, contrariando a ideia de Jorge de Alarcão que defende que “É possível (ou mesmo provável) que essas pedras (incluindo colunas e aduelas) tenham vindo de Bobadela” (Alarcão, 2002–2003, p. 174).

A cidade romana de Bobadela situa-se a cerca de 6 km e se não existem provas de que os elementos arquitectónicos não tenham provindo daí, também não podemos concluir pela afirmativa. A ordem arquitectónica empregue nesta antiga *civitas* é a toscana, a mesma dos capitéis de S. Pedro de Lourosa. Os capitéis são morfologicamente idênticos, observando-se a mesma composição, sucessão dos elementos compositivos, a inclusão do sumoscapo, o ábaco alto e sem qualquer moldura e o equino em forma de toro. Face à opção decorativa adoptada pela *civitas* de Bobadela não é de estranhar que os exemplares que hoje se encontram na Igreja de S. Pedro, situada na sua área de jurisdição, pertençam, de igual modo, à ordem toscana.

Caso se confirme a existência de um templo romano em Lourosa, é normal que a ordem empregue tenha sido a ordem toscana e não o subtipo “jónico liso de influência toscana”. A decoração funerária recorre muito frequentemente à ordem toscana, como podemos observar nas peças do Mausoléu de Fabara, ainda que do século II ou III (Abad Casal, 1991, ficha 9).

Este gosto pelo “rústico”, simples, austero, que é procurado durante a época romana, mesmo quando outras ordens arquitectónicas eram mais apelativas, é um fenómeno recorrente que nos introduz na temática da intencionalidade de construir “à antiga”. Ou seja, uma rusticidade anacrónica que, de forma recorrente, foi utilizada ao longo dos tempos. Este aspecto pode ser constatado, de forma sintomática, em vários edifícios religiosos. Se observarmos a Igreja de S. Pedro de



Fig. 22 Face exterior da Igreja de S. Pedro de Lourosa. Ao fundo, o campanário. Note-se as cantarias com almofadado a imitar o tradicional aparelho romano.

Balsemão, ou ainda a Mesquita-Catedral de Idanha-a-Velha, em ambos os casos vários elementos arquitectónicos romanos foram reempregues na nova edificação. Este fenómeno não significa, em nossa opinião, um mero reaproveitamento do material pétreo disponível no local, antes respeita uma intencionalidade e escolha criteriosa dos elementos a reutilizar nos novos templos. Não será por acaso que duas aras romanas ladeiem a escada de acesso à Igreja de N.^a Senhora d'Aires, em Alcáçovas, ou que a pia de água benta na Igreja de Custóias (Freixo de Numão) seja suportada por um capitel toscano romano, ou que se mantenha, na Igreja de Terena, uma inscrição dedicada ao deus Endovélico.

Este factor classicizante é decisivo nas opções estilísticas e arquitectónicas que estão subjacentes em muitos templos religiosos dos séculos IX, X e XI. A data de 912 que se vê gravada no lintel da entrada de S. Pedro de Lourosa, introduz-nos, com efeito, neste mundo distinto onde os construtores buscam o antigo como autêntico e se afastam intencionalmente das normas construtivas como regra. O produto é um ecletismo geral que permanece até às novas regras introduzidas pelo românico. Para este aspecto e no caso concreto de S. Pedro de Lourosa, já autores haviam chamado a atenção ao afirmar, que “... não se deu um mero reaproveitamento de materiais anteriores (...) o que se passou foi uma opção estética, conscientemente adoptada pelos seus construtores, singularmente manifestada no ressurgimento de silhares almofadados, especificamente talhados para o efeito, na utilização de portas adinteladas com arcos de descarga, no recurso a frontões e cornijas de modenatura clássica, no abundante reaproveitamento (à escala eclesial cristã) de colunas e capitéis antigos (...) na conversão das antigas aras romanas em pés de altar” (Fernandes, 2005, p. 298).

6. Considerações finais

O conjunto agora analisado é importante pois alicerça a ideia da importância da ordem toscana na região Oeste da província da Lusitânia, concretamente, da parte correspondente ao território actualmente português numa área mais alargada mas que corresponde genericamente à Cova da Beira. A concentração de peças nesta área é evidente e, ainda que não possuamos um levantamento exaustivo deste tipo de elementos, a proximidade morfológica por eles evidenciada, permite concluir por uma utilização intensiva da ordem arquitectónica toscana em detrimento de outras.

Antes de apresentar algumas razões subjacentes, não podemos deixar de analisar o que significa, afinal, a utilização da ordem toscana, ou “modo toscano” como defende L. Polacco (1952, pp. 59–68), em território italiano. Ou seja, manifestando-se a ordem toscana em solo itálico, de tal forma que atraia as atenções de Vitruvius que lhe dedica um papel quase equiparado às restantes ordens (Livro VII, Cap. 14), definindo-a como ordem — modulando-lhe as respectivas bases e fustes e ditando as proporções dos edifícios onde seriam empregues — importa saber qual o seu verdadeiro papel numa altura em que as restantes ordens se encontram totalmente desabrochadas.

Esta explicação baseia-se, na opinião de G. Rosada, no facto fundamental do próprio entendimento da ordem toscana. Esta é empregue com o objectivo não de satisfazer um mercado socialmente inferior, ou seja, de satisfação exclusiva do povo mas porque, com o seu emprego, a arquitectura se torna menos afecta a uma «elite», mais aberta à compreensão de todos, directamente usufruível, mesmo por quem não estivesse abrangido pela dita cultura oficial. Esta ordem transforma-se, não apenas pela evolução técnica e do método construtivo, mas também porque

transversal à tradição étnica, constitucional e institucional, alargando-se a sua base de aceitação na sociedade romana, com o contributo da participação e manifestações caracteristicamente populares (Rosada, 1970–1971, p. 81) (tradução livre do texto italiano).

Este panorama pode justificar a maior aceitação desta ordem em detrimento das restantes. A simplicidade, a robustez, a linearidade e a junção entre forma e função poderão explicar uma preferência por parte da população indígena face a outras novidades.

Não podemos deixar de mencionar que as influências gregas, helenísticas e púnicas, processadas por todo o Mediterrâneo, foram a génese do que pode ser considerada a originalidade romana, isto é, a aglutinação mental e formal de um substrato e a sua tradução numa nova linguagem. O capitel toscano também participa das características gregas e helenísticas, filiando-se de perto na ordem dórica, mas é enriquecido pela tradição itálica que tem, na influência etrusca, o seu maior contributo. Mesmo perante a diversidade de soluções adoptadas pelo perfil do capitel toscano na Hispânia, Gália, África, ou Itália, “C’est dans le vieux fonds des formes italiques qu’il faut chercher l’origine commune de cette famille” (Lézine, 1955, p. 28).

Apesar destas semelhanças, existem diferenças entre as peças lusitanas e as que conhecemos na Gália e em Roma/Óstia. A morfologia é distinta, oferecendo perfis bastante mais elaborados do que os observados nestes exemplares que aqui analisámos ou da restante Lusitânia. No entanto, a técnica é a mesma: o recurso à pedra local depois recoberta com estuque, procedimento claramente itálico, especialmente desenvolvido na arquitectura republicana (Nogales Basarrate, 1999, p. 485).

A questão que então se coloca é saber de que modo e a partir de quando, a população autóctone teve acesso a uma nova plástica decorativa. A partir de 206–205 a.C., Cipião instalou um grupo de colonos em Itálica, cujo topónimo é bem explícito quanto à origem e propaganda de conquista do invasor. Em 171 a.C. é fundada a primeira colónia italiana fora de Itália: *Carteia*, seguindo-se *Corduba* em 152 a.C. e *Valentia* em 138 a.C. (Martim, 1999, p. 187). Sabemos que em 138 a.C. Décimo Júnio Bruto se encontrava nos arredores de *Olisipo* e que, no decurso dessas campanhas, se deslocou à povoação de *Talabriga*, em local ainda hoje desconhecido, junto à costa, entre o Mondego e o Douro. Na época de Sertório, o exército rumou a *Cale*, talvez junto a Gaia, ainda que dúvidas se coloquem quanto a essa identificação. Já durante as campanhas de Júlio César conhecem-se confrontos na zona de Meda (Fabião, 1993, pp. 181–182) e a conhecida Cava de Viriato indica, nessa mesma época, o estacionamento junto à actual cidade de Viseu, de um acampamento militar. Também dessa altura, concretamente do segundo e terceiro quartéis do século I a.C., data o acampamento militar de Lomba do Canho (perto de Arganil), aí erigido provavelmente para controlo das actividades mineiras desenvolvidas ao longo do rio Alva e, por tal facto, necessitando de forte policiamento (Fabião, 1993, p. 192). Perto de *Aeminium*, também o acampamento de Antanhol nos ilustra uma ocupação militar da região.

No que respeita às zonas de *Egitania* e de Bobadela, regista-se a presença de famílias de “velha cepa republicana” (Alarcão, 2005, p. 160) que desde cedo aí se instalam e a epigrafia dá-nos conta de algumas outras, como é o caso da *gens Manlia*, de origem itálica, que aqui se fixam na sequência das perseguições de Sila (Alarcão, 2005, p. 165). Com efeito, as sete legiões romanas que permanecem em solo Hispano entre 30 a.C a 69 d.C. terão desempenhado um factor primordial na romanização do território.

A hipótese que aqui se coloca é a da atribuição ao exército romano de uma tradição construtiva que é transmitida nos locais onde estacionam. O que sabemos hoje sobre a progressão das campanhas militares é bastante deficiente. Somente novas descobertas arqueológicas e futuras intervenções arqueológicas em locais de estacionamento de legiões poderá acrescentar esclareci-

mentos pertinentes sobre esta questão. Se este fenómeno é complexo, sobretudo pela ausência de dados, mais difícil se torna saber se a quantidade de militares de origem italiana o foi em número tal que possa ter tornado decisivo e o papel por eles desempenhado nessa divulgação do substrato itálico. Os testemunhos epigráficos dão-nos conta de alguns cidadãos vindos directamente de Roma e de Itália, a maior parte dos quais encontrados em Mérida (Haley, 1991, pp. 28–29). Mas também o papel económico desempenhado por alguns grandes mercadores poderá ter exercido alguma influência na divulgação destes modelos.

O panorama a delinear, no sentido de compreender a paisagem urbana e social que, nesta região, acolheu esta ordem arquitectónica, prende-se certamente com o tipo de povoamento existente e inclusivamente com a actividade económica aí implementada. De facto, estes territórios interiores

“... caracterizar-se-iam simplesmente pela presença de um centro cívico, de um espaço com um ou outro edifício público, que simbolizava e materializava esse poder. No quadro das respectivas unidades territoriais estes núcleos destacar-se-iam não tanto pela sua extensão urbana e aparato monumental, mas sobretudo pelas actividades de natureza administrativa, jurídica e mesmo religiosa que neles tinham lugar (...) a habitual e contestada dicotomia entre campo e cidade nem sequer se chega a colocar em largas zonas do interior norte da *Lusitania*” (Carvalho, 2005, p. 156).

Pequenos edifícios ou templos pontuariam a paisagem, criando a marca da romanidade. Neste sentido, a ordem toscana poderá ter perdurado numa sociedade mais habituada aos ritmos lentos do campo do que às mudanças rápidas das cidades.

Apesar de todas estas reticências e desconhecimentos, não podemos deixar de concluir que a ordem toscana atraiu, de facto, as atenções de toda uma vasta população, quer em terras hispanas quer em solo itálico. A reputação que esta ordem obteve — ao ponto de ser definida por Vitruvius como uma ordem de origem claramente italiana — poderá prender-se, como refere Boëthius, com a concentração de esforços na reabilitação e manutenção de tipos arquitecturais que já eram integralmente empregues pela população itálica (Boëthius, 1962, p. 254). Mas esta perduração da “reabilitação” da ordem toscana manteve-se, como pensamos ter conseguido demonstrar, em época muito posteriores à romana, assumindo-se esta ordem como um signo transversal que perdurou ao longo de vários séculos e de várias culturas, tornando-se um elo de ligação entre o novo e o antigo, entre o passado e o presente como testemunho de legitimidade.

7. Catálogo

Peça n.º 1

LOCAL. ACTUAL: Interior da Igreja, na 1.^a coluna da colunata do lado direito, funcionando como capitel; CLASSIFICAÇÃO: capitel toscano de coluna; MATÉRIA: granito; DIMENSÕES (MM): alt. total (conservada): 285; alt. ábaco: 90; dim. ábaco: 570 x 570; alt. equino: 80; alt. *hypotrachelium*: 50; alt. sumoscapo (conservada): 65; Ø base: 440; ESTADO CONS.: bom, partido num dos cantos do ábaco; OBSERV.: inédito.

Peça n.º 2

LOCAL. ACTUAL: Interior da Igreja, na 2.^a coluna da colunata do lado direito, funcionando como capitel; CLASSIFICAÇÃO: capitel toscano de coluna; MATÉRIA: granito; DIMENSÕES (MM):

alt. total (conservada): 290; alt. ábaco: 95; dim. ábaco: 490 x 480; alt. equino: 80; alt. *hypotrachelium*: 50; alt. sumoscapo (conservada): 30; Ø base: 390; ESTADO CONS.: bom, lascado em dois cantos do ábaco.

Peça n.º 3

LOCAL. ACTUAL: Interior da Igreja, na 1.^a coluna da colunata do lado esquerdo, funcionando como capitel; CLASSIFICAÇÃO: capitel toscano de coluna; MATÉRIA: granito; DIMENSÕES (MM): alt. total (conservada): 280; alt. ábaco: 80; dim. ábaco: 500 x 500; alt. equino: 65; alt. *hypotrachelium*: 65; alt. sumoscapo (conservada): 60; Ø base: 360; ESTADO CONS.: bom; a superfície encontra-se revestida com uma fina camada de cal.

Peça n.º 4

LOCAL. ACTUAL: Interior da Igreja, na 2.^a coluna da colunata do lado esquerdo, funcionando como capitel; CLASSIFICAÇÃO: capitel toscano de coluna; MATÉRIA: granito; DIMENSÕES (MM): alt. total: 420; alt. ábaco: 80; dim. ábaco: 475 x 510; alt. equino: 80; alt. *hypotrachelium*: 60; alt. sumoscapo: 135; Ø base: 350; ESTADO CONS.: bom, lascado em dois cantos do ábaco, a superfície encontra-se revestida com uma fina camada de cal.

Peça n.º 5

LOCAL. ACTUAL: Interior da Igreja, 1.^a coluna da colunata do lado direito, funcionando como base; CLASSIFICAÇÃO: capitel toscano de coluna; MATÉRIA: granito; DIMENSÕES (MM): alt. conservada: 250; alt. ábaco: ?; dim. ábaco: ?; alt. equino: 120 (?); alt. *hypotrachelium*: ?; alt. sumoscapo: ?; Ø base: 450; ESTADO CONS.: mau, toda a superfície foi lascada posteriormente, não sendo perceptíveis algumas das partes constituintes.

Peça n.º 6

LOCAL. ACTUAL: Interior da Igreja, 2.^a coluna da colunata do lado direito, funcionando como base; CLASSIFICAÇÃO: capitel toscano de coluna; MATÉRIA: granito; DIMENSÕES (MM): alt. conservada: 240; alt. ábaco: ?; dim. ábaco: ?; alt. equino: ?; alt. *hypotrachelium*: ?; alt. sumoscapo: ?; Ø base: 440; ESTADO CONS.: mau, toda a superfície foi desbastada posteriormente, não sendo perceptíveis as várias partes constituintes.

Peça n.º 7

LOCAL. ACTUAL: Interior da Igreja, 1.^a coluna da colunata do lado esquerdo, funcionando como base; CLASSIFICAÇÃO: capitel toscano de coluna; MATÉRIA: granito; DIMENSÕES (MM): alt. total (conservada): 300; alt. ábaco: ?; dim. ábaco: ?; alt. equino: 115 (?); alt. *hypotrachelium*: 55; alt. sumoscapo (cons.): 80; Ø base: 380; ESTADO CONS.: mau, toda a superfície foi desbastada posteriormente, sobretudo no equino, o qual adopta um perfil oblíquo.

Peça n.º 8

LOCAL. ACTUAL: Interior da Igreja, 2.^a coluna da colunata do lado esquerdo, funcionando como base; CLASSIFICAÇÃO: capitel toscano de coluna; MATÉRIA: granito; DIMENSÕES (MM): alt. total (conservada): 230; alt. ábaco: ?; dim. ábaco: ?; alt. equino: 100 (?); alt. *hypotrachelium*: 60; alt. sumoscapo: 70; Ø base: 400; ESTADO CONS.: mau, superfície desbastada posteriormente, não se observando algumas das partes constituintes.

Peça n.º 9

LOCAL. ACTUAL: Interior da Igreja, na abside (junto ao cruzeiro) coluna do lado direito, funcionando como capitel; CLASSIFICAÇÃO: capitel toscano de adossamento; MATÉRIA: granito; DIMENSÕES (MM): alt. total (conservada): 260; alt. ábaco: 90; dim. ábaco: ; alt. equino: 80; alt. *hypotrachelium*: 45; alt. sumoscapo (conservado): 45; Ø base: 520; ESTADO CONS.: bom.

Peça n.º 10

LOCAL. ACTUAL: Interior da Igreja, na abside (junto ao cruzeiro) coluna do lado esquerdo, funcionando como capitel; CLASSIFICAÇÃO: capitel toscano de adossamento; MATÉRIA: granito; DIMENSÕES (MM): alt. total (conservada): 260; alt. ábaco: 82; dim. ábaco: -; alt. equino: 75; alt. *hypotrachelium*: 60; alt. sumoscapo: 55; Ø base: 600 ; ESTADO CONS.: bom.

Peça n.º 11

LOCAL. ACTUAL: Interior da Igreja, na abside (junto ao cruzeiro) coluna do lado direito, funcionando como base; CLASSIFICAÇÃO: ? de adossamento; MATÉRIA: granito; DIMENSÕES (MM): alt. total (conservada): 260; alt. toro inferior: 90; alt. toro superior: 70; alt. escapo: 60; alt. imoscapo (?): 30; Ø base: 580; ESTADO CONS.: razoável.

Peça n.º 12

LOCAL. ACTUAL: Interior da Igreja, na abside (junto ao cruzeiro) coluna do lado esquerdo, funcionando como base; CLASSIFICAÇÃO: capitel toscano de coluna; MATÉRIA: granito; DIMENSÕES (MM): alt. total: 260; alt. toro inferior: 100; alt. toro superior: 65; alt. escapo: 30; alt. imoscapo (?): 30; Ø base: 570; ESTADO CONS.: razoável.

Peça n.º 13

LOCAL. ACTUAL: nartex da Igreja, peça não integrada arquitectonicamente; CLASSIFICAÇÃO: capitel toscano de coluna; MATÉRIA: granito de grão grosso; DIMENSÕES (MM): alt. total: 340; alt. ábaco: 90; dim. ábaco: 430 x 430 (?); alt. equino: 70; alt. *hypotrachelium*: 75; alt. sumoscapo (conservado): 100; Ø base: 285; ESTADO CONS.: muito mau. Superfície muito erodida e ábaco partido.

Peça n.º 14

LOCAL. ACTUAL: nartex da Igreja, peça não integrada arquitectonicamente; CLASSIFICAÇÃO: capitel toscano de coluna (?) ou base (?); MATÉRIA: granito grão fino; DIMENSÕES (MM): alt. total (conservada): 225; alt. ábaco: 98; dim. ábaco: 51 x 51 (?); alt. equino: 80; alt. *hypotrachelium* (?): 50; Ø base: 390; ESTADO CONS.: mau. Superfície erodida, ábaco partido em dois dos lados.

Peça n.º 15

LOCAL. ACTUAL: exterior da Igreja (junto ao campanário), peça não integrada arquitectonicamente; CLASSIFICAÇÃO: capitel toscano de coluna de adossamento; MATÉRIA: granito grão fino; DIMENSÕES (MM): alt. total (conservada): 355; alt. ábaco: 90; dim. Ábaco (face frontal): 340 x 490; alt. equino: 75; alt. *hypotrachelium* (?): 175; alt. sumoscapo: 110; Ø base: 350; ESTADO CONS.: mau. Superfície erodida.

Peça n.º 16

LOCAL. ACTUAL: exterior da Igreja (junto ao campanário), peça não integrada arquitectonicamente; CLASSIFICAÇÃO: base de coluna de adossamento; MATÉRIA: granito grão fino; DIMENSÕES (MM): alt. total: 260; alt. toro inferior: 105; alt. toro superior: 105; alt. escapo: 50; alt. sumoscapo: 65; Ø base: 550; ESTADO CONS.: muito mau. Superfície erodida.

Peça n.º 17

LOCAL. ACTUAL: exterior da Igreja (junto ao campanário), peça não integrada arquitectonicamente; CLASSIFICAÇÃO: base de coluna de adossamento; MATÉRIA: granito grão fino; DIMENSÕES (MM): alt. total: 240; alt. toro inferior: 80; alt. toro superior: 65; alt. escapo: 25; Ø base: 270; ESTADO CONS.: mau. Superfície erodida.

NOTAS

* Arqueóloga da Câmara Municipal de Lisboa. Mestre em História de Arte.

¹ Gostaríamos de agradecer ao Dr. José Luís Cristóvão, arqueólogo da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, a disponibilização destas peças para estudo.

² Sobre estas peças e respectiva bibliografia cf. Fernandes, 1997, vol. I, pp. 287–307, vol. II, pp. 103–161, exceptuando o último local referido e agradecendo a Pilar Reis a sua informação.

³ Agradecemos esta informação a André Carneiro e a Eurico Sepúlveda, que nos facultaram a fotografia da peça.

⁴ Não se trata exactamente de um capitel de coluna, pois pertence a um altar monolítico, onde, no mesmo bloco, se encontram talhados o fuste a base e o capitel, sendo que estes dois últimos elementos são morfologicamente semelhantes: toro, moldura

reversa e filetes separadores. A base em um plinto mais alto que o ábaco correspondente do capitel.

⁵ Na obra citada não se encontra reproduzido nenhum capitel toscano. O autor fala de um capitel jónico que se encontra na Igreja de Freixo e de fustes dóricos e jónicos, assim como de “pedras lisas circulares que funcionavam como plintos” (Dias, 1997, p. 129). No entanto, o único capitel que observámos quando nos deslocámos ao local foi um capitel toscano.

⁶ “... se compose d'un abaque carré sans moulure, un filet, un quart de rond, un filet et une gorge, très souvent à la diminution vers le bas” (Lézine, 1955, p. 26).

⁷ Sobre a questão da presença ou ausência de plinto e sobre a tipologia e características da base ática *vide* Fernandes, 2004–2005, pp. 83–94.

BIBLIOGRAFIA

ABAD CASAL, Lorenzo (1991) - El arte funerario hispanorromano. *Cuadernos de Arte Español. Historia*. Madrid. 16, p. 77.

ABASCAL, Juan Manuel; CEBRIÁN, Rosario; TRUNK, Markus (2004) - Epígrafa, arquitectura y decoración arquitectónica del foro de Segobriga. In RAMALLO ASENSIO, Sebastián, F., ed. - *Actas del Congreso La decoración arquitectónica en las ciudades romanas de Occidente (Cartagena, 8–10 octubre 2003)*. Murcia: Universidad, pp. 219–256.

ALARCÃO, Adília (1994) - *Museu Monográfico de Conímbriga: coleções*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 157, n.º 509.

ALARCÃO, Jorge de (1988a) - *Portugal Romano*. Mem Martins: Europa-América.

ALARCÃO, Jorge de (1988b) - *Roman Portugal*. Vol. II, fasc. 1. Warminster: Aris & Phillips.

ALARCÃO, Jorge de (1995) - A *splendidissima civitas* de Bobadela (Lusitânia). *Anas*. Mérida. 15–16, pp. 155–180.

ALARCÃO, Jorge de; ÉTIENNE, Robert (1977) - *Fouilles de Conimbriga. L'architecture*, I. Paris: De Boccard.

ALARCÃO, Jorge de (1990) - Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios. In *Les villes de Lusitanie romaine: hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS (Talence, le 8–9 décembre 1988)*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique (Collection de la Maison des Pays Ibériques; 42), pp. 21–34.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1991) - *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*. Barcelos: Câmara Municipal.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986) - Arte da Alta Idade Média. In *História da Arte em Portugal*. Barcelona: Publicações Alfa, 2.

ALMEIDA, Fernando de (1962) - Arte visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2.ª Série. 4, pp. 5–278.

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María (1992) - El templo de Diana. *Cuadernos de Arquitectura Romana*. Murcia. 1, pp. 83–93.

- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María; NOGALES BASARRATE, Trinidad (2004) - Programas decorativos del foro colonial de Augusta Emerita. El templo de Diana, templo de culto imperial. In *La decoración arquitectónica en las ciudades romanas de Occidente: actas del Congreso Internacional celebrado en Cartagena (8-10 octubre de 2003)*. Murcia: Universidad, pp. 293-319.
- AMARAL, António Eugénio Coelho e Maia do (1982) - Sobre três inscrições perdidas de Bobadela (Oliveira do Hospital). *Conimbriga*. Coimbra. 21, pp. 106-119.
- ANÓNIMO (2004) - História da Aldeia de Joanes (Fundão) recua ao período romano: nota preliminar. *Eburobriga*. Fundão, pp. 73-74.
- BALIL, Alberto (1960) - Plástica provincial en la España romana. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 70:1-2, pp. 107-131.
- BARREIROS, Manuel de Aguiar (1930) - Uma viagem de estudo. *Ilustração Moderna*. Porto. 42, pp. 94-95.
- BAUMAN, Victor (1984) - Piese sculpturale si epigrafe în colectia muzeului de Istorie si Arheologie din Tulcea. *Peuce*. Tulcea. 9, pp. 207-233.
- BOËTHIUS, Axel (1962) - Of Tuscan columns. *American Journal of Archaeology*. Boston, MA. 66, pp. 249-254.
- BONNEVILLE, Jean-Noël (1980) - Le monument épigraphique et ses moulurations. *Faventia*. Barcelona. 2:2, pp. 75-98.
- BOUBE, Jean (1967) - Documents d'architecture mauretaniennne au Maroc. *Bulletin d'Archéologie Marocaine*. Rabat. 7, pp. 263-367.
- BROISE, Pierre (1969) - Éléments d'un ordre toscan provincial en Haute-Savoie. *Gallia*. Paris. 27:1, pp. 15-22.
- CARVALHO, Helena; ENCARNACÃO, José d'; MARTINS, Manuela; CUNHA, Armandino (2006) - Altar romano encontrado em Braga. *Forum*. Braga. 40, pp. 31-41.
- CARVALHO, Pedro Cardoso de (2005a) - Templo romano de N. Sr.^a das Cabeças. In *25 sítios arqueológicos da Beira Interior* (Catálogo de Exposição). Trancoso: ed. ARA, p. 35.
- CARVALHO, Pedro Cardoso de (2005b) - Identificação e representação espacial das capitais de *civitates* da Beira Interior. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: actas das 2.^{as} Jornadas de Património da Beira Interior (Guarda, 21 e 22 de Outubro de 2004)*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, pp. 155-169.
- CHINER MARTORELL, Paloma (1990) - *La decoración arquitectónica en Saguntum*. València: Generalitat Valenciana.
- COARELLI, Filippo; ALBENTIS, Emidio de; GUIDOBALDI, Maria-Paola (2005) - *Pompéi: la vie ensevelie*. Paris: Larousse.
- COIXÃO, António Sá (1997) - *Complexo arqueológico de Freixo de Numão: um projecto, a investigação, a musealização e um circuito*. Freixo de Numão: A.C.D.R. de Freixo de Numão.
- COIXÃO, António Sá (2005) - Templo romano da Civitas Aravorum. In *25 sítios arqueológicos da Beira Interior* (Catálogo de Exposição). Trancoso: ed. ARA, p. 13.
- COIXÃO, António Sá; TRABULO, António Alberto Rodrigues (1995) - *Por terras do concelho de Foz Côa: subsídios para a sua história, estudo e inventário do seu património*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.
- CORREIA, Vergílio (1972) - *Obras. IV: estudos arqueológicos*. Coimbra: Universidade.
- CRESSIER, Patrick (2005) - Chapiteaux islamiques du Portugal (traditions, créations, importations). In *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII. Actas dos Seminários realizados em Palmela, 14-15 de Fevereiro de 2003, Porto, 4 e 5 de Abril de 2003)*. Palmela: Câmara Municipal, pp. 175-194.
- CRISTÓVÃO, José Luís (2005) - Breve estudo sobre a organização do espaço público e os equipamentos urbanos da cidade de Idanha-a-Velha (dos finais do século I a.C. ao limiar do século IV). In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: actas das 2.^{as} Jornadas de Património da Beira Interior (Guarda, 21 e 22 de Outubro de 2004)*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, pp. 189-204.
- DIAS, Lino Tavares (1997) - *Tongobriga*. Lisboa: IPPAR.
- DUPRÉ I RAVENTÓS, Xavier (1986) - *Els capitells corintis de l'Arc de Berà*. Tarragona: Museu Nacional Arqueològic de Tarragona.
- FABIÃO, Carlos (1996) - O povoado fortificado de Cabeça de Vaiamonte (Monforte). *A Cidade*. Portalegre. Nova série. 11, pp. 35-84.
- FABIÃO, Carlos (1993) - Os contextos da conquista romana. In *História de Portugal*: Barcelona: vol. II, pp. 180-192.
- FERNANDES, Lídia (1997) - *Capitéis romanos da Lusitânia ocidental*. Lisboa: Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 4 volumes.
- FERNANDES, Lídia (1998a) - Capitéis romanos do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 16, pp. 221-284.
- FERNANDES, Lídia (1998b) - Elementos arquitectónicos de época romana do concelho de Loures. Catálogo da Exposição de *Arqueologia Da Vida e da Morte: os Romanos em Loures*. Loures: Câmara Municipal, pp. 93-105.
- FERNANDES, Lídia (1999) - Elementos arquitectónicos de época romana da Casa dos Bicos - Lisboa. *Conimbriga*. Coimbra. 38, pp. 113-135.

- FERNANDES, Lídia (2001a) - Capitéis do teatro romano de Lisboa. *Anas*. Mérida. 14, pp. 29–51.
- FERNANDES, Lídia (2001b) - Capitéis romanos de *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha - Marvão). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 19, pp. 95–158.
- FERNANDES, Lídia (2004) - Decoração arquitectónica da *villa* de Frielas: capitéis e bases. In *Arqueologia como documento [catálogo da exposição]: 30 de Maio a 29 de Novembro de 2004*. Loures: Museu Municipal, pp. 20–32.
- FERNANDES, Lídia (2006) - O Teatro de Lisboa: intervenção arqueológica de 2001. In *Actas del Congreso Internacional sobre Teatros Romanos en Hispania, Córdoba 2002*. Córdoba: Seminario de Arqueología, pp. 181–204.
- FERNANDES, Lídia (2007) - Teatro romano de Lisboa: os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica. *Al-madan*. 2.ª série. Almada, pp. 27–39.
- FERNANDES, Paulo A. (2002) - *A Igreja pré-românica de S. Pedro de Lourosa*. Dissertação Final de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FERNANDES, Paulo A. (2005) - Ecletismo. Classicismo. Regionalismo. Os caminhos da arte cristã no Ocidente peninsular entre Afonso III e Al-Mansur. In *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII. Actas dos Seminários realizados em Palmela, 14–15 de Fevereiro de 2003, Porto, 4 e 5 de Abril de 2003)*. Palmela: Câmara Municipal, pp. 293–310.
- FERNANDES, Paulo A. (2006) - Antes e depois da Arqueologia da Arquitectura: um novo ciclo na investigação da *Mesquita-Catedral* de Idanha-a-Velha. *Artis*. Lisboa. 5, pp. 49–72.
- FERNANDES, Paulo A. (2006) - Reconstituição, reintegração e restauro: os projectos de intervenção na Igreja pré-românica de Lourosa (1929–1934). *Revista Estudos Património*. Lisboa, 9, pp. 150–158.
- FERNANDES, Paulo A. (2008) - A Igreja de S. Pedro de Lourosa e a sua relação com a arte asturiana. *Arqueologia Medieval*. Porto. 10, pp. 21–40.
- FERREIRA, Maria do Céu (2005) - Vilares, Trancoso: uma aldeia com passado. In *25 sítios arqueológicos da Beira Interior* (Catálogo de Exposição). Trancoso: ed. ARA, p. 19.
- FRADE, Helena (1990) - Novos elementos sobre o templo romano de Almofala. *Conimbriga*. Coimbra. 29, pp. 91–101.
- FRADE, Helena (1993–1994) - A Torre de *Centum Celas*: uma *villa* romana de Colmeal da Torre, Belmonte. *Conimbriga*. Coimbra. 32–33, pp. 87–106.
- FRADE, Helena (1996) - La technique constructive de quelques monuments de la Lusitanie. In KHANOUSSI, Mustapha; RUGGERI, Paola; VISMARA, Cinzia, eds. - *L'Africa Romana, 11. Atti dell'XI Convegno di studio, Cartagine, 15–18 Dicembre, 1994*. Ozieri: Il Torchietto, pp. 1017–1027.
- FRADE, Helena; CAETANO, José Carlos; PORTAS, Clara; MADEIRA, José Luís (1995) - Notas para o estudo do urbanismo da cidade romana de Bobadela. *Trabalhos de Arqueologia e Etnologia*. Porto. 35:4, pp. 221–241.
- FRADE, Helena; PORTAS, Clara (1994) - A arquitectura do anfiteatro romano de Bobadela. In *Actas del Colóquio Internacional El Anfiteatro en la Hispania Romana (Mérida, 26–28 de noviembre 1992)*. Badajoz: Junta de Extremadura, pp. 349–368.
- GIMENO, Javier (1989) - Tipología y aplicaciones de elementos dóricos y toscanos en Hispania: el modelo del NE. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 62, pp. 101–139.
- GINOUVÈS, René (1992) - *Dictionnaire méthodique de l'architecture grecque et romaine*. Roma: École Française de Rome.
- GONÇALVES, Ana; HAUSCHILD, Theodor; TEICHNER, Felix (2003) - Intervenção arqueológica no Museu de Évora, Centro Histórico de Évora, 1996. In *Actas do 3.º Encontro de Arqueologia Urbana, Almada, 1997*. Almada: Câmara Municipal, pp. 123–136.
- GONÇALVES, António Nogueira (1952) - Lourosa. In *Inventário Artístico Nacional (Distrito de Coimbra)*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, pp. 169–176.
- GOZALBES CRAVIOTO, Enrique (1993) - Observaciones acerca del comercio de época romana entre Hispania y el Norte de Africa. *Antiquités Africaines*. Aix-en-Provence. 29, pp. 163–176.
- GRANGER, Frank (1995) - *Vitruvius on Architecture. Volume 1, Books 1–5*. London: Loeb Classical Library.
- GROS, Pierre (1976) - *Aurea Tempia: recherches sur l'architecture religieuse de Rome à l'époque d'Auguste*. Roma: École Française de Rome.
- GROS, Pierre (1981) - Les temples géminés de Glanum. Étude préliminaire. *Revue Archéologique de Narbonnaise*. Montpellier. 14, pp. 125–158.
- GROS, Pierre (2001) - *L'architecture romaine: tome 2, Maisons, palais, villas et tombeaux du début du III^e siècle avant J-C à la fin du Haut-Empire*. Paris: Picard.
- GUERRA, Amílcar (1993) - Religião e cultos. *História de Portugal*. Barcelona: vol 1. ed. Ediclube.
- GUERRA, Amílcar (1996) - *Ammaia, Medobriga*, e as ruínas de S. Salvador de Aramenha. Dos antiquários à historiografia actual. *A Cidade*. Portalegre. Nova série. 11, pp. 7–33.

- GUTIÉRREZ BEHEMERID, María Ángeles (1988) - Bases para un estudio del capitel jónico en la Península Ibérica. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 54, pp. 65–135.
- GUTIÉRREZ BEHEMERID, María Ángeles (1992) - *Capiteles romanos de la Península Ibérica*. Valladolid: Universidad.
- GUTIÉRREZ BEHEMERID, María Ángeles (2003) - *La decoración arquitectónica en la Colonia Clunia Sulpicia*. Valladolid: Universidad.
- GUTIÉRREZ BEHEMERID, María Ángeles (2006) - El teatro de Clunia: nuevas aportaciones. In In MÁRQUEZ MORENO, Carlos; VENTURA VILLANUEVA, Ángel, eds. - *Jornadas sobre teatros romanos en Hispania: actas del Congreso internacional celebrado en Córdoba los días 12 al 15 de noviembre de 2002*. Córdoba: Universidad, pp. 291–310.
- HAUSCHILD, Theodor (1992) - El templo romano de Évora. *Cuadernos de Arquitectura Romana*. Murcia. 1, pp. 107–117.
- HERRMANN, John (1988) - *The Ionic capital in late antique Rome*. Roma: Giorgio Bretschneider.
- JIMÉNEZ, Alfonso (1975) - De Vitruvio a Vignola: autoridad de la tradición. *Habis*. Sevilla. 6, pp. 252–293.
- LÉZINE, Alexandre (1955) - Chapiteaux toscans trouvés en Tunisie. *Karthago*. Paris. 6, pp. 12–29.
- LÉZINE, Alexandre (1968) - *Carthage. Utiq. Études d'architecture et d'urbanisme*. Paris: CNRS.
- MACIEL, Manuel Justino, ed. (2006) - *Vitrúvio, Tratado de arquitectura*. Lisboa: Instituto Superior Técnico.
- MANTAS, Vasco Gil (1990) - As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les villes de Lusitanie romaine: hierarchies et territoires*. Paris: CNRS, pp. 149–205.
- MANTAS, Vasco Gil (1994) - A rede viária romana do território português. In MEDINA, João, ed. - *História de Portugal*. Lisboa: vol. II.
- MÁRQUEZ MORENO, Carlos (1993) - *Capiteles romanos de Corduba Colonia Patricia*. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros.
- MÁRQUEZ MORENO, Carlos (1998) - *La decoración arquitectónica de Colonia Patricia: una aproximación a la arquitectura y urbanismo de la Córdoba romana*. Córdoba: Universidad; Obra Social y Cultural Cajasur.
- OSÓRIO, Marcos (2006) - *O pavimento romano do Alto Côa*. Guarda: Câmara Municipal.
- OSÓRIO, Marcos (2008) - *Catálogo. Museu do Sabugal. Catálogo arqueológico*. Sabugal: Câmara Municipal.
- PASQUINUCCI, Marinella (1982) - *Studio sull'urbanistica di Ascoli Piceno romana: i templi*. Roma: American Academy in Rome; British School at Rome, pp. 30–48.
- PENSABENE, Patrizio (1973) - *Scavi di Ostia, 7: i capitelli*. Roma: Laterza.
- PEREIRA, Maria Amélia Horta (1970) - *Monumentos históricos do concelho de Mação*. Mação: Câmara Municipal.
- PESSANHA, José (1930) - A Igreja de Lourosa. *A Ilustração Moderna*. Porto. 40, pp. 32–33.
- PINTO, Isabel (1999–2000) - Arqueologia no concelho de Arronches: o projecto de estudo do povoamento rural romano. *A Cidade*. Portalegre. 13–14, pp. 95–104.
- RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Oliva (2006) - El teatro romano de Itálica: algunas propuestas a la luz de las nuevas investigaciones. In MÁRQUEZ MORENO, Carlos; VENTURA VILLANUEVA, Ángel, eds. - *Jornadas sobre teatros romanos en Hispania: actas del Congreso internacional celebrado en Córdoba los días 12 al 15 de noviembre de 2002*. Córdoba: Universidad, pp. 149–180.
- ROSADA, Guido (1970–1971) - La tipologia e il significato dell'«ordine» tuscanico nell'architettura di Roma. *Atti dell'Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti*. Venezia. 129, pp. 65–126.
- RUA, Helena (1998) - *Os Dez Livros de Arquitectura de Vitruvius Corrigidos e Traduzidos Recentemente em Português, com Notações e Figuras*. Lisboa: Instituto Superior Técnico.
- SARABIA BAUTISTA, Julia (2003) - *Los elementos arquitectónicos ornamentales en el Tolmo de Minateda (Hellín-Albacete)*. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses “Don Juan Manuel”.
- SILVA, Luís Fraga da (2007) - *Balsa cidade perdida*. Tavira: Câmara Municipal.
- SILVA, Maria de Fátima Matos da; CORREIA, Alexandre Lourenço (1997) - Materiais arqueológicos de Vila Meã (Viseu). In *Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Associação de Defesa do Património, Ambiente e Consumidor; Amigos da Beira, pp. 111–125.
- TARDY, Dominique (1989) - *Le décor architectonique de Saintes antique: les chapiteaux et bases*. Paris: CNRS.
- VAZ, João Luís da Inês (1976) - Breves notas para o estudo da viação antiga das Beiras. *Beira Alta*. Viseu. 35:3, pp. 349–363.